

36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 06 – Desigualdade e Estratificação Social

**DESIGUALDADES OCUPACIONAIS E ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE
OPORTUNIDADES DE EMPREGO:
EXPLORANDO A FRONTEIRA ENTRE OS ESTUDOS DA ESTRATIFICAÇÃO E
DO TRABALHO**

**NADYA ARAUJO GUIMARÃES
(DS/USP E CEM/CEBRAP)**

**ROGÉRIO BARBOSA
(CEM/CEBRAP)**

**FLAVIO CARVALHAES
(IESP/UERJ)**

A relevância da análise de classes foi demonstrada, no Brasil, sobretudo em sua relação com as desigualdades de oportunidades educacionais ou com as chances de mobilidade social. Entretanto, a conexão entre esse debate e características da estruturação do nosso mercado de trabalho é um campo que requer novas formas de indagar e de produzir evidências empíricas. Pretendemos contribuir para tal, investigando como a circulação da informação ocupacional está ligada às desigualdades do sistema de estratificação social, no Brasil, e quais são os principais fatores estruturantes dessa conexão. Usaremos os dados do *survey* nacional sobre as “Dimensões Sociais das Desigualdades” para verificar se o modo empregado pelos indivíduos na sua busca de empregos se relaciona a características socioeconômicas que dizem da sua origem social e/ou a atributos pessoais contemporâneos ao momento da procura, a revelar o peso de diferentes tipos de desigualdades sociais nas suas relações com o mercado de trabalho, não apenas no que concerne aos resultados (ocupação alcançada), mas, e antes disso, no que concerne ao modo de procurar e obter tal ocupação.

**Águas de Lindóia, São Paulo
21 a 25 de Outubro de 2012**

DESIGUALDADES OCUPACIONAIS E ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE OPORTUNIDADES DE EMPREGO: EXPLORANDO A FRONTEIRA ENTRE OS ESTUDOS DA ESTRATIFICAÇÃO E DO TRABALHO¹

NADYA ARAUJO GUIMARÃES²

ROGÉRIO BARBOSA³

FLAVIO CARVALHAES⁴

Os mecanismos de produção de desigualdades ocupacionais atuam antes mesmo da obtenção da ocupação; eles começam a operar na origem social do indivíduo e condicionam também a interface e as informações que o indivíduo acessará no mercado de trabalho. Partindo desse ponto, pretendemos, neste texto, compreender se e como a posição dos indivíduos na estrutura social (classe de origem), tanto quanto os seus atributos e características pessoais no momento da procura de trabalho, estão ligados às formas como se acessa a informação sobre empregos e vagas.

Não se pretende aqui, evidentemente – e até por desnecessário -, argüir a relevância da análise de classes. Importante literatura sociológica o tem evidenciado, inclusive no que concerne à realidade brasileira, documentando a relação entre classes, desigualdades de oportunidades educacionais e chances de mobilidade social (Ribeiro, 2011; Ribeiro, 2007), com destaque, também, para os seus elos com a desigualdade de renda (Santos, 2002).

É certo, igualmente, que a ligação entre estrutura de classes e mercado, em especial mercado de trabalho, sempre esteve na raiz da reflexão internacional no campo da sociologia da estratificação social. Tal ligação se evidencia já na primeira hora das definições que sustentam o trabalho empírico no campo. Assim, ela marca as propostas de operacionalização dos agrupamentos ocupacionais, enquanto tentativas de condensar características de determinados grupos sociais no mercado e relacioná-las com o(s) fator(es) mobilizado(s) em cada pesquisa, sejam eles as oportunidades educacionais, a saúde, a renda, etc. Se observarmos, por exemplo, um dos eixos analíticos estruturantes do debate sobre classes (eixo especialmente caro a muitos estudiosos do tema, como

¹ Comunicação apresentada ao GT 06 – Desigualdade e Estratificação Social, por ocasião do 36º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Águas de Lindóia, São Paulo, 21-25 de Outubro de 2012. Este trabalho é devedor do suporte financeiro e do ambiente intelectual propiciados por duas instituições: por um lado, o Centro de Estudos da Metrópole, sediado no CEBRAP, em cuja agenda de pesquisas se integra a presente reflexão e onde contamos com o apoio da FAPESP/Projeto CEPID (Proc. nº 1998/14342-9) e do Programa INCT/CNPq (proc. 2008/57843-1); por outro lado, o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cuja equipe dirigiu, com apoio do CNPq/Programa Institutos do Milênio, a Pesquisa Nacional sobre as “Dimensões Sociais da Desigualdade”, de onde retiramos os dados que serão aqui analisados. Agradecemos a Nelson do Valle Silva pelas dicas e alertas sempre muito oportunos.

² Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisadora do CNPq associada ao Centro de Estudos da Metrópole. E-mail: nadya@usp.br

³ Pesquisador associado ao Centro de Estudos da Metrópole, Cebrap. E-mail: antrologos@gmail.com

⁴ Doutorando do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: flaviocarvalhaes@gmail.com

nós), o esquema EGP tem como sua preocupação central desvendar como os vínculos contratuais de trabalho, ou de serviço, estruturam as chances de vida das pessoas.⁵ A condição para tal é justamente a identificação e caracterização dos vínculos contratuais que são tecidos pelos indivíduos, pelo que dimensões como estabilidade no emprego, acesso a benefícios, chances de progressão no emprego, entre outras, tornaram-se características centrais na abordagem das hierarquias e desigualdades nas nossas modernas sociedades.

Entretanto, a conexão entre esse debate e características da estruturação do mercado de trabalho no Brasil é um campo que ainda merece ser mais desenvolvido e explorado, requerendo novas formas de indagar e de produzir evidências empíricas. Pretendemos contribuir para tal, apresentando, neste texto, resultados de uma linha de estudos recente sobre o modo pelo qual a circulação da informação ocupacional poderia estar ligada à estrutura de classes no Brasil, e quais são os principais fatores estruturantes dessa conexão. Nossa abordagem se situa, assim, num ponto de interseção entre a Sociologia da Estratificação Social e a Sociologia do Trabalho. Pretendemos, com esse esforço, contribuir para aprofundar, no Brasil, o diálogo entre as sociologias do trabalho e da estratificação social, diálogo esse que foi crucial ao pensamento social brasileiro nos anos 1950 e 1960 e que, pouco a pouco, com o avanço especializado de cada uma desses domínios, foi esgarçando-se.

Para tal nos propomos a refletir sobre o movimento que dá lugar ao encontro entre o demandante de trabalho e a vaga. Recentes esforços analíticos (Guimarães, Brito e Silva, 2011) documentaram que, a depender do tipo de mecanismo de informação pelo qual se chega a saber da existência de uma oportunidade de trabalho, variam as características da vaga e os perfis daqueles que logram obtê-la. Indo um pouco mais longe, e de modo analiticamente mais ambicioso, esses resultados anteriores não apenas secundaram os argumentos sobre o quão imperfeito é o modo de circular a informação no mercado de trabalho, e o quão desigual o conhecimento dos competidores por vagas, mas, o quão segmentada é a forma de acessar as oportunidades.

Nosso intuito, aqui, será o de avançar a reflexão ao redor das seguintes questões: (1) Se os indivíduos têm diante de si diferentes modos de acesso à informação sobre oportunidades de trabalho e, se a depender da alternativa acionada são distintos os efeitos em termos de oportunidades a que se acede, é possível identificar padrões característicos que se associam a cada um dos modos de circulação da informação ocupacional? (2) Variando esses modos, pesam mais as características da origem social do indivíduo, ou aqueles traços (aquisitivos ou adscritos) que o caracterizavam no momento em que buscava trabalho?

Para fazê-lo, lançaremos mão do banco de dados da Pesquisa Nacional sobre as “Dimensões Sociais das Desigualdades” (PNDS), um *survey* representativo da população urbana e rural do Brasil, com exceção da zona rural da região Norte (que representa apenas 3,3% da população brasileira). O amplo escopo temático da PNDS nos permitirá, neste texto, investigar os elos entre circulação da informação ocupacional e desigualdades sociais tendo em vista o país como um conjunto e não apenas os grandes mercados metropolitanos, únicos espaços para os quais podíamos avançar análises sobre esse tema, haja visto que apenas a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) coletavam informações sistemáticas sobre

⁵ Para uma explicação dos princípios analíticos da proposta, ver Goldthorpe (2000 e 2007).

os mecanismos habitualmente acionados pelos indivíduos em sua busca de trabalho⁶. Ademais, o cuidado na mensuração das condições de desigualdades socioeconômicas, outra das características distintivas da PNDS, permite que se lide com uma bateria de variáveis independentes significativamente mais ampla e cuidadosamente mensuradas, que enriquecerá o nosso esforço analítico.

O texto se compõe de três seções, além desta introdução. Na primeira, que intitulamos “Confrontando convergências truncadas”, argüiremos da importância de retomar uma agenda para a qual possam confluír abordagens analíticas das sociologias do trabalho e da estratificação social, permitindo que evidências produzidas sob essas distintas rubricas especializadas possam produzir uma fertilização recíproca e ganhos de entendimento sobre a realidade brasileira; vamos sugerir que o terreno do acesso à oportunidade ocupacional pode ser um desses campos férteis a semear em parceria. Na segunda parte, intitulada “Os mecanismos de obtenção de trabalho e seus múltiplos elos com as desigualdades e hierarquias sociais”, trataremos de ilustrar como o modo de circulação da informação ocupacional está ligado a desigualdades e hierarquias sociais, de origem ou contemporâneas ao momento da procura, e quais são os principais fatores estruturantes dessa conexão; para tal exploraremos os dados da Pesquisa Nacional sobre as Dimensões Sociais das Desigualdades. Finalmente, na terceira parte, “Consolidando uma nova agenda”, alinharemos conclusões e novas indagações deixadas para essa agenda de fronteira que nos instiga explorar.

1. *Confrontando convergências truncadas*⁷

É sempre curioso e desconcertante olhar em retrospectiva a trajetória de campos do conhecimento. Curioso por vermos como avanços são seletivos; como vão deixando para trás, no caminho, interlocutores, diálogos e influências. Desconcertante por descobrirmos como as trilhas do presente supõem, e de modo paradoxal, restabelecer caminhos antes truncados e diálogos muitas vezes desperdiçados.

Um desses diálogos truncados será o motor do nosso interesse neste texto, a saber, aquele que se estabeleceu na interface dos domínios que costumamos delimitar como os da “sociologia do trabalho” e da “sociologia da estratificação”. Para tal, vamos nos fixar num território demarcado por quatro palavras-chave: trabalho, oportunidades, desigualdades, hierarquias. Procuraremos dar conseqüência a essa constatação lançando mão de alguns resultados instigantes sobre mecanismos de produção de desigualdades no mercado brasileiro de trabalho, hoje. Ao fazê-lo, trataremos os mecanismos produto dessas desigualdades e hierarquias a partir de um lugar analítico: o do entrecruze entre a sociologia da estratificação social e a sociologia do trabalho, mais exatamente a sociologia dos mercados de trabalho.

Assim fazendo, queremos recuperar um modo de refletir que esteve na raiz da formação da sociologia da sociedade brasileira nos anos 1950-1970. Sim, porque a agenda da sociologia do trabalho em constituição, entre nós, em meados do século passado, centrara-se no desafio de entender a emergência de uma “sociedade industrial no Brasil”, para retomar o título de um dos livros fundadores, de autoria de Juarez

⁶ A PNDS vai ainda mais além da PME e da PED ao nos permitir explorar as características daquela pessoa que forneceu a informação que facultou o acesso à oportunidade de trabalho. Embora não se venha a tratar esse novo filão no presente trabalho, explorá-lo é parte da linha de investigação que temos em vista desenvolver.

⁷ Esta primeira seção aproveita argumento anteriormente desenvolvido em Guimarães (2011).

Rubens Brandão Lopes (Lopes, 1964). Desafiava-a desvendar o enigma da consolidação de uma sociedade de mercado, capitalista, (i) cuja estrutura, entretanto, não deixava entrever as classes típicas dessa ordem social, ao menos com a nitidez que a nossa cognição analítica esperaria; e (ii) cuja configuração de valores parecia requerer muito mais que o universalismo, a especificidade e a orientação pelos outros que os modelos de modernidade, à la parsoniana, haviam posto na ordem do dia.

No caldeirão das idéias de então, modernização e desenvolvimento, industrialização e urbanização, trabalho e mobilidade eram alguns dos pares conceituais inescapáveis e que faziam da sociologia do trabalho uma sociologia do desenvolvimento, ou uma sociologia da mudança social, ou uma sociologia da formação das classes sociais, mas, em qualquer caso, uma sociologia da sociedade brasileira. Dito de outro modo, decifrar o trabalho e as classes (mais precisamente, as relações de classe) era o meio para desvendar a natureza particular da estrutura social brasileira e os modos como, nela, poder e hierarquias se (re)constituíam. Ou, no dizer de Juarez Brandão Lopes, tratava-se de estudar “*a formação da classe operária e das modificações que por força da industrialização se operam na natureza da estratificação social*” (Lopes, 1964, p. 20). Ou seja: trabalho e estratificação eram temas fortemente imbricados nessa agenda fundadora da sociologia brasileira do trabalho.

Curiosamente, quanto mais avançamos, no Brasil, adensando a reflexão e a pesquisa empírica, mais especializamos as agendas dos estudos do trabalho, por um lado, e da estratificação, por outro, distanciando-os dessa experiência de estreita articulação inicial.

Mais curioso ainda porque, se deslocarmos o olhar retrospectivo, fixando-o na literatura internacional, facilmente reconheceremos que o debate sobre as desigualdades e hierarquias sociais teve uma de suas âncoras importantes justamente na reflexão sobre o papel do mercado enquanto mecanismo de alocação de recursos e instância estratégica de produção, ou superação, de desigualdades. Não sem razão, parte da melhor tradição sociológica buscou entender o modo de alocação das oportunidades ocupacionais - e, nesse sentido, o papel do mercado de trabalho - na inserção estrutural e na mobilidade social dos indivíduos.

Assim, por exemplo, ao longo dos anos 1960 e 1970, a fina flor dos estudos da estratificação social teve os seus olhos voltados para o mercado de trabalho. Arriscariamos dizer que as pesquisas sobre o processo de aquisição de status (ao modo de Blau e Duncan, 1967 ou Hauser e Featherman, 1977) se constituíram na porta de entrada das análises sobre mercados de trabalho no *mainstream* daquela sociologia do século XX que ainda guarda, para nós, um certo sabor de contemporaneidade.

Interessados em entender como os indivíduos se distribuíam no conjunto finito das possibilidades de inserção ocupacional, tais estudos lançaram luz sobre os elos que se estabeleciam entre atributos individuais (como características da família de origem, da educação, sexo, condição étnico-racial, dentre outras) e os resultados sócio-econômicos alcançados por esses indivíduos. Assim fazendo, destacaram-se pelo papel que conferiam à dinâmica da oferta de trabalho; os resultados sócio-econômicos alcançados eram prioritariamente investigados a partir das características pessoais daqueles em disputa pelas posições de prestígio, na arena em que se constitui o mercado de trabalho.

Duas novas perguntas se colocaram com mais vigor na literatura internacional a partir dos anos 1970. A primeira delas inquiriu sobre a estrutura de oportunidades criada ao interior da firma e seus efeitos sobre as chances dos indivíduos. De fato, já desde o

trabalho seminal de Harisson White sobre as “cadeias de oportunidades” sociais (em 1970), o foco sobre as eventuais desigualdades de chances passou a estar posto também na dinâmica da organização que emprega. Seguiram-se estudos sobre o mercado de trabalho que exploraram mais detidamente os determinantes das desigualdades de resultados, e sobretudo a distribuição das recompensas, aprofundando o olhar sobre o mundo da firma e avançando a análise dos determinantes oriundos do lado da demanda de trabalho (Baron e Bielby, 1980; Hodson, 1983; Kalleberg e Griffin 1980). Não tardou para que o argumento sobre a importância das posições vacantes (e sua dinâmica de produção) fosse transposto da empresa para os mercados externos de trabalho (através dos *insights* de Sorensen, 1977); o mesmo tipo de fenômeno descrito por White passava a ser também examinado agora sob o ponto de vista do modo pelo qual se redistribuíam os indivíduos na estrutura social mais ampla, e como isso afetava as recompensas econômicas que obtinham pelos lugares sociais ocupados.

Os anos 1980 trouxeram à luz outra maneira de abordar o tema dos elos entre mercado de trabalho e desigualdades no acesso a oportunidades. A formulação de Mark Granovetter (1974) sobre o papel das redes de contatos pessoais no acesso à informação sobre alternativas de emprego re-situou o interesse analítico, localizando-o num nível supra-individual, que privilegiava o momento do entrecruzamento entre oferta e demanda de trabalho, antes que qualquer um desses dois lados isoladamente, como nas abordagens precedentes. Fácil perceber o argumento weberiano como grande pano-de-fundo emulador: uma sociologia dos mercados deve estar atenta para a necessidade de produzir explicações para o fato de que dentre uma infinidade de entrecruzamentos possíveis entre oferta e demanda, um e somente um, ao final, se constitui como real.

Por que, diria Weber? Cabe à sociologia responder. E como, argüia Granovetter? E ele mesmo responderia (nesse hipotético diálogo intelectual): porque o reperto das oportunidades ocupacionais, para ser sociologicamente bem entendido, requer que se atente para o papel das redes, mediando as relações entre empregadores e indivíduos em busca de trabalho. Dito de outro modo, e ecoando o que já havia sido plantado por autores tão diversos como Polanyi ou mesmo Parsons, havia que ter em conta o peso dos aspectos não-mercantis na operação do mercado de trabalho, condição para desvendar os mecanismos através dos quais a ação econômica se enraiza na estrutura social (1985).

Tal formulação ampliou a agenda dos estudos sobre o mercado, na medida em que iluminou uma dimensão até então pouco estudada, a saber, a da circulação da informação ocupacional. Esta passaria crescentemente a ser vista como um elemento central aos resultados logrados pelos indivíduos e, nesse sentido, à produção (ou superação) de desigualdades no acesso às oportunidades de trabalho e às posições ocupacionais de prestígio.

Essa vertente teve impactos seminais e propiciou o restabelecimento de um diálogo que parecia truncado. Na esteira dos argumentos e achados de Alain Degenne (Degenne et al 1991) e Nan Lin (Lin 2001 e Hsung, Lin e Breier, 2009), foi possível observar que a posição no sistema de estratificação social dos contatos acionados pelos indivíduos em sua busca de empregos (e não apenas os atributos pessoais) definiria tanto a possibilidade de vir a encontrar trabalho, mas – e isso era o mais interessante, para retomar o diálogo com os estudos de estratificação - a qualidade do emprego a ser obtido e, por essa via, as chances de realização socioeconômica e de mobilidade individual. Refazia-se assim, já agora a partir do foco em mecanismos supra-individuais, o elo analítico entre posição no mercado de trabalho e mobilidade, vale

dizer, entre trabalho, desigualdade e estratificação, que tanto estimulava a reflexão dos sociólogos nos anos 1960.

Nesse sentido, o programa de investigações aberto pelo estudo seminal de Granovetter ajudou a desvendar uma espécie de ante-sala, ainda pouco devassada, do mercado de trabalho, a saber, os mecanismos pelos quais se chega às oportunidades ocupacionais. Uma ante-sala na qual têm lugar processos sociais significativos por seus impactos sobre o acesso desigual às oportunidades.

Isso porque, e por longo tempo, o centro do interesse analítico estivera na dinâmica da estrutura ocupacional. Entretanto - e sem prejuízo de reconhecer a importância da inserção dos indivíduos na estrutura de lugares ocupacionais (a que chamamos metaforicamente de “sala”) e os seus indiscutíveis efeitos sobre a distribuição de bens e serviços, de prestígio e de poder -, tratava-se agora de atentar para o processo de circulação da informação ocupacional (a que chamamos aqui de “ante-sala”), inquirindo sobre os seus efeitos sobre a realização sócio-econômica dos indivíduos. Vale dizer, devemos investigar uma nova vertente, a saber, a de que os mecanismos de produção de desigualdades ocupacionais operam antes mesmo da obtenção da ocupação; eles começam a operar a partir do modo como se procura e obtém informação sobre chances de trabalho.

Para ilustrar esse ponto, estudiosos brasileiros têm investido numa agenda de pesquisas que permite nutrir um diálogo que, na trajetória da sociologia brasileira, ficou tanto mais relegado quanto mais especializavam-se a sociologia do trabalho, por um lado, e sociologia da estratificação, por outro. Essa agenda envolve um repertório de novas maneiras de perguntar, que poderiam ser rapidamente sumarizadas na forma que se segue. Ao alinhá-las, destacaremos aquela que será objeto do interesse analítico no presente texto.

Primeira, e justamente por ser preliminar: se a ante-sala importa, como ela se configura em nosso caso? Qual o peso dos mecanismos mercantis vis-à-vis os mecanismos não mercantis de procura? Os estudos até aqui empreendidos têm a vantagem de haver explorado em profundidade a propensão ao uso dos diferentes mecanismos na procura de trabalho, tanto quanto a capacidade dos mesmos de produzirem acesso à ocupação. Entretanto, eles têm um limite, até pela disponibilidade restrita de informações: ativeram-se aos cenários urbano-metropolitanos (Guimarães, 2009; Guimarães et al, 2012).

Desses primeiros achados decorreu uma segunda (e natural) linha de indagações: variando o contexto sociopolítico, variaria também a propensão social ao uso de um tipo de mecanismo de procura de trabalho? Para respondê-la, comparações internacionais (Kase e Sugita, 2006; Guimarães, 2009-a; Guimarães, 2012) e intranacionais (Guimarães, Brito e Silva, 2010) têm sido mobilizados, levando a resultados instigantes sobre a singularidade do caso brasileiro.

Uma terceira questão se impôs nessa nova agenda: como ilustrar o efeito que o meio de acesso à informação ocupacional pode ter sobre o tipo de emprego que finalmente se logra obter (Guimarães, Brito e Silva, 2011)?

Quarta questão: que fatores pesam mais decisivamente para explicar a variação na preferência por um ou outro dentre os mecanismos de procura e de obtenção de trabalho; predominam as características que são do domínio do indivíduo (aquisitivas ou adscriitas) ou aquelas que dizem do contexto setorial em que o mesmo se insere e busca trabalho (Guimarães, Brito e Silva, 2011)?

Uma quinta ordem de indagações é a que se pretende explorar neste texto, a saber: se e como a posição dos indivíduos na estrutura social (características socioeconômicas da origem), tanto quanto os seus atributos e características pessoais no momento da procura de trabalho, estão ligados às formas como se acessa a informação sobre empregos e vagas. Lançaremos mãos dos dados nacionais produzidos pela pesquisa sobre “Dimensões Sociais das Desigualdades” para tratar de respondê-la.

Mas haveria ainda uma sexta questão, a saber: como podemos verificar, para o caso brasileiro, se a posição social dos contatos acionados pelos indivíduos na busca de empregos, e não apenas seus atributos pessoais, estruturaria as desigualdades sociais e suas relações com o mercado de trabalho? Evidências restritas, obtidas em *surveys* em espaços específicos (como Guimarães, 2009) ou em estudos etnográficos (como Vieira, 2012) têm deixado indícios nessa direção; resta-nos o desafio de reunir material empírico robusto por seu poder de generalização de modo a fazer avançar respostas nesse sentido. Essa questão, como dito na nota 5 acima, também pode ser escrutinada à luz do banco de dados da Pesquisa Nacional sobre Dimensões Sociais das Desigualdades.

Passemos, então, aos achados que logramos sistematizar no nosso intuito de responder à quinta das indagações desse breve repertório. Eles vão apresentados na seção subsequente.

2. Os mecanismos de obtenção de trabalho e seus múltiplos elos com as desigualdades e hierarquias sociais

2.1 – Os mecanismos de obtenção de trabalho: desafios para bem medir as suas especificidades em mercados de trabalho heterogêneos

A informação sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho circula sob diferentes formas, mercantis e não-mercantis. Com efeito, os indivíduos mobilizam desde as redes pessoais, tecidas nos seus espaços da sociabilidade, até os agentes econômicos especializados em intermediar oportunidades de emprego. Estes últimos formam o que já foi tratado como um verdadeiro mercado ao interior do que convencionalmente temos entendido como o mercado de trabalho (Guimarães, 2009). Duas características especificam “esse outro mercado”: por um lado, a mercadoria que nele circula (a informação sobre vagas, e não propriamente a força de trabalho); por outro, a existência de um terceiro ator econômico (o intermediador, e não apenas o comprador e o vendedor de força de trabalho). Sabemos (por estudos recentes como os de Autor, 2008 e Benner et al, 2007, para os Estados Unidos, ou de Koene e Purcell, 2004, para o Reino Unido e Holanda) que a intermediação por via mercantil se torna tanto mais pujante quanto mais flexíveis os empregos e incertas as oportunidades, em meio à intensa reestruturação da economia mundial, marcada por crises de maior ou menor abrangência.

Apesar disso, resultados de uma pesquisa conduzida por um dos autores deste texto, e levada a cabo entre os anos 2000-2005, mostraram que o peso dos diversos expedientes acionados na procura de emprego variava de maneira significativa entre

sociedades. Em estudo comparativo internacional por meio de *surveys* conduzidos em três metrópoles mundiais – Paris, Tóquio e São Paulo –, encontrou-se que os mecanismos habitualmente mobilizados pelos indivíduos para identificar possíveis oportunidades de trabalho não tinham peso equivalente e variavam segundo o contexto em que se procurava (Kase e Sugita, 2006; Guimarães, 2009-a). Assim, sob distintas formas de regulação do trabalho e do emprego, e sob modalidades diversas de institucionalização da proteção social, variavam os mecanismos que ligavam os indivíduos às vagas. Dessa maneira, em sistemas de emprego onde o padrão de duração dos vínculos era mais estável (como no Japão), ou onde a regulação institucional do desemprego o fazia socialmente mais protegido (como na França), ganhavam proeminência mecanismos como anúncios ou instituições públicas de intermediação, distintos daqueles que se observava no Brasil, país onde a proeminência das redes pessoais dava testemunho da fraca institucionalização da proteção social que se concedia àquele em busca de trabalho em contexto de intensas transições ocupacionais e de desemprego recorrente.

Entretanto, quando fixamos a lupa no caso brasileiro, precisamos ir um pouco mais longe e buscar maior precisão. Isso porque, em mercados heterogêneos de trabalho como o nosso, marcados, ademais, por profunda desigualdade e pela pobreza persistente, são ainda mais variadas as formas pelas quais os indivíduos têm acesso à renda e ao trabalho. Dizendo-o de maneira mais clara: em virtude dessas características estruturais, essas formas são irreduzíveis à disjuntiva “redes” ou “intermediadores”, vale dizer, elas transcendem a dicotomia “circuitos privados de sociabilidade” vs. “circuitos públicos e mercantis”. Assim, para bem entrar a entender o problema na realidade brasileira, há que ter em conta que aqui se combinam, numa gama consideravelmente ampla, diferentes modalidades, mercantis e não-mercantis, de procura e obtenção de trabalho.

Por isso mesmo, no ponto de partida da reflexão cabia empreender o esforço por criar um arcabouço analítico para dar conta dessa diversidade de formas e mecanismos de acesso à renda e de produção da sobrevivência, alguns mais próximos, outros mais longínquos do mercado de trabalho e de suas instituições. Assim fazendo era possível sistematizar sob que formas o trabalho circula como uma mercadoria e, assim fazendo, quais são os mecanismos de encontro entre ofertantes e demandantes de trabalho, a variável central à nossa análise. O resultado vai sistematizado na Tabela 1 abaixo. Nela os diferentes mecanismos acionados pelos indivíduos quando em busca de trabalho e renda estão apresentados num contínuo que vai daqueles mecanismos mais distantes da forma mercantil (ou seja, em que o rendimento independe da circulação do trabalho no mercado), àqueles em que o encontro entre ofertantes e demandantes de trabalho se faz da maneira mais aderida às formas institucionais do mercado de trabalho.

Tabela 1

O TRABALHO: UMA MERCADORIA?

Mecanismos Declarados pelos indivíduos como utilizados na procura por trabalho (habituais e eficazes)	FORMAS DE ACESSO DOS INDIVÍDUOS ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO									
	Acesso ao trabalho e renda não passa pelo mercado de trabalho (I)	Acesso ao trabalho e renda se faz através do mercado de trabalho								
		Numa relação direta indivíduo-mercado (II)			Numa relação mediada com o mercado de trabalho					
		Sem venda do trabalho (II.1)	Com Venda do Trabalho		Redes Pessoais			Mediada por instituições do mercado de trabalho (IV)		
mediante contato pessoal (II.2)	por meios anônimos (II.3)		Domiciliar (III.1)	Família/Vizinhos (III.2)	Redes Associativas (III.3)	Redes Profissionais (III.4)	Mantidas pelo Estado (IV.1)	Privadas (IV.2)		
política social										
auto-emprego										
contato direto com a empresa										
anúncios de jornal										
anúncio via internet										
outros tipos de anúncios										
concurso										
familiares/pessoas com que co-habita										
familiares outros, vizinhos/amigos										
conhecidos da vida associativa										
antigos colegas										
agências de emprego governamentais										
agências de emprego sindicais										
agências privadas de emprego										

Fonte: Guimarães, 2011.

Na tabela acima, a primeira coluna contém as providências que são declaradas nos inquéritos sócio-demográficos como aquelas habitualmente mobilizadas na busca por trabalho e renda. Cada uma dessas providências, que são na verdade mecanismos acionados pelos indivíduos, poderia ser caracterizada – e isso o fazem as colunas subsequentes – tendo em vista a natureza da sua relação com o mercado de trabalho.

Assim, na coluna 2, o acesso à renda prescinde da circulação do trabalho no mercado. Tal ocorre quando se acionam mecanismos da política pública, de seguridade social, por exemplo. Aí se contém, igualmente, os próprios benefícios da política de proteção ao trabalho; o “seguro-desemprego”, por exemplo, é um mecanismo que permite acesso a rendimentos para indivíduos que, tendo perdido um emprego anterior, encontrem-se em busca de trabalho (respeitadas as regras que definem a construção institucional do acesso a esse benefício, em cada sociedade).

Da coluna 3 à coluna 11 estão dispostas as formas progressivamente mais próximas ao coração do encontro mercantil entre ofertantes e demandantes de trabalho. Elas aparecem grupadas em duas categorias principais:

- (i) Por vezes, o acesso a oportunidades de trabalho e ao rendimento se faz numa relação direta entre o indivíduo e o mercado. Uma variedade de modalidades de busca e obtenção de trabalho tipificaria essa alternativa. Algumas vezes a renda independe da venda do trabalho (coluna 3), resulta do trabalho autônomo, do auto-emprego, montando o próprio negócio, do chamado “trabalho por conta própria”. Outras vezes (colunas 4 e 5) acesso a uma vaga veio pela prospecção direta (coluna 4), o que nos é descrito pelo ato de sair “com a carteira de trabalho no bolso” em busca do contato direto com as firmas. Ou, ainda, por meios anônimos (coluna 5), respondendo a anúncios classificados.
- (ii) Por vezes, o acesso a oportunidades de trabalho e rendimento se faz numa relação mediada entre o indivíduo e o mercado de trabalho. Tal

mediação pode ser efetuada por mecanismos privados, ancorados nos espaços de sociabilidade, como são as redes relacionais, sejam elas pessoais (domiciliares/coluna 6 ou comunitárias, de vizinhança/coluna 7), associativas (coluna 8) ou profissionais (coluna 9). Mas podem ser também instituições do mercado de trabalho as que se encarreguem de propiciar o encontro entre o trabalhador e a vaga pretendida, sejam elas agências públicas de emprego, mantidas pelo estado (coluna 10), ou agências/intermediadores privados (coluna 11).

De posse dessa categorização, buscamos aplicá-la ao modo como os mecanismos de obtenção de trabalho aparecem descritos na Pesquisa Nacional sobre Dimensões Sociais das Desigualdades (PNDS), nossa fonte privilegiada de informações.

Essa base de dados, que sustentará nosso argumento ao longo deste trabalho, origina-se de um *survey* que foi a campo entre outubro e novembro de 2008. Sua amostra é probabilística, estratificada em múltiplos estágios e produziu informações sobre 8.048 domicílios. Características básicas, educacionais e de emprego, foram investigadas para todos os membros do domicílio maiores de 10 anos e uma exaustiva bateria de perguntas sobre condições relacionadas a desigualdades socioeconômicas foi aplicada para os chefes de domicílio e seus cônjuges. Desse modo, considerando a ambos, chefes e cônjuges, nossa amostra se expande para 12.326 indivíduos. Trata-se, assim, de um levantamento rico pelos aspectos que investiga e abrangente pela cobertura nacional e desenho da amostra. Essas características fazem dele um manancial de informações para que se aprofunde e precise o estudo sobre o espectro da hierarquia social brasileira.

Com efeito, a PNDS foi especialmente desenhada para captar dimensões até então negligenciadas nos estudos sobre a estruturação das desigualdades sociais no Brasil. Além de variáveis de caracterização sociodemográfica (que permitem uma comparação com outros dados secundários, como a PNAD), ela contém módulos especiais para a avaliação de temáticas especialmente relevantes ao debate acadêmico e caras aos pesquisadores brasileiros no tema. Tal é o caso, por exemplo, da nossa agenda de estudos sobre desigualdades sociais no acesso a oportunidades de trabalho. A bateria de perguntas feitas aos entrevistados ocupados na semana de referência ou nos últimos 12 meses anteriores à entrevista nos permitiu a operacionalização das variáveis centrais para a nossa análise, a começar pela nossa variável dependente.

Grande detalhamento foi conferido aos métodos de procura de emprego e de acesso à ocupação, que são o cerne deste texto. Assim, para os indivíduos que informaram que tinham trabalhado nos últimos 7 dias ou nos últimos 12 meses, foi feita a seguinte pergunta: “*Como você conseguiu este trabalho ou ocupação?*” A resposta, espontaneamente fornecida pelos indivíduos, poderia ser classificada pelo entrevistador em 10 alternativas pré-estabelecidas. Caso o indivíduo fornecesse alguma opção não prevista de antemão, o entrevistador anotava a resposta, para que a mesma fosse posteriormente codificada.

Essa será nossa variável dependente. A Tabela 2 apresenta suas alternativas de resposta e a forma de classificar (conforme a tipologia da Tabela 1) e de agrupar, em função dessa classificação, que adotaremos doravante.

Tabela 2
Formas pelas quais os indivíduos chegaram à ocupação.
Ocupados. Brasil, 2008.

Resposta	Categoria ⁸	Nome da Categoria
1 Consultou empregadores	II.2	Relação direta com mercado por meio de prospecção
2 Fez concurso	II.3	Relação direta com mercado por meios anônimos
3 Consultou agência de empregos	IV	Relação com o mercado mediada por instituições mercantis
4 Consultou sindicato	IV	Relação com o mercado mediada por instituições mercantis
5 Colocou ou respondeu a anúncio	II.3	Relação direta com mercado por meios anônimos
6 Consultou/ indicação de parente	III.1	Relação com o mercado mediada por redes (1 - familiares)
7 Consultou/ indicação de amigo próximo	III.2/a	Relação com o mercado mediada por redes (2 - amigos próximos)
8 Consultou/ indicação de conhecido	III.2/b	Relação com o mercado mediada por redes (3 - conhecidos)
9 Tomou medida para iniciar negócio	II.1	Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho
10 Fez treinamento ou re-qualificação	Outras	Outras
15 Conta própria	II.1	Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho
16 Com um político	III.1	Relação com o mercado mediada por redes
17 Estágio	Outras	Outras
18 <i>Curriculum</i> foi selecionado	II.3	Relação direta com mercado por meios anônimos
19 Placa em local de trabalho	II.2	Relação direta com mercado por meio de prospecção
20 Foi encaminhado pelo curso	IV	Relação com o mercado mediada por instituições mercantis
21 Alistamento	Outras	Outras
22 Ouviu na rádio	II.3	Relação direta com o mercado por meios anônimos
96 Não opinou	-	<i>Missing</i>
97 Outras	Outras	Outras

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008.

A Tabela 3 traz a frequência das respostas, concedidas pelos 5.351 ocupados, às alternativas categorizadas conforme o critério acima. Ela nos permite retomar, retraduzindo em números e de forma mais precisa, o que antes havia sido sugerido com respeito à especificidade brasileira quanto ao modo de acesso ao trabalho.

Observamos que as providências que se mostraram eficazes para permitir o acesso dos indivíduos às suas ocupações estão polarizadas ao redor de dois mecanismos principais. No primeiro deles – estabelecer-se com um negócio próprio, auto-empregar-se ou ter um “trabalho por conta própria” - a renda obtida não resulta da venda do trabalho; nada menos que ¼ dos brasileiros ocupados prescindiram do assalariamento (relação que deveria dar o tom num mercado capitalista de trabalho) para ter acesso ao rendimento e assim reproduzir-se. A notável importância desse contingente de autônomos, especialmente se temperada pela diversidade de figuras que nele se

⁸ A numeração contida na coluna “Categoria”, Tabela 2, corresponde às alternativas ideal-típicas fornecidas pela Tabela 1. Observe-se que a alternativa I, constante da Tabela 1, inexistente na Tabela 2 e estará excluída doravante; os mecanismos aparecem aqui (e aparecerão doravante) indicados por categorias numeradas entre II e IV. Isso se deve a que todos os nossos respondentes são “ocupados” e, nesse sentido, retiram o seu rendimento do mercado de trabalho; como vimos antes, a categoria I (da Tabela 1) dava guarida aos casos dos indivíduos beneficiários de políticas sociais e que, por isso mesmo, não necessitavam acorrer ao mercado de trabalho para obter rendimentos.

compreende (do “bico” ao “consultor”), dá conta de como persiste sendo heterogênea a estrutura do nosso mercado de trabalho.⁹

Outro mecanismo relatado pelos brasileiros entrevistados como o que se mostrou eficaz para dar acesso ao emprego atual – e, destaque-se, o mais importante deles – foi o de mobilizar os seus contatos pessoais, recorrendo aos circuitos privados de sociabilidade com vistas a localizar um emprego. Metade deles (mais exatamente 47,2%) mobilizou as suas redes, sejam elas familiares (11,1% dos casos), de amigos próximos (22,3%) ou de conhecidos (13,8%), deixando patente, ademais, que são os circuitos de maior proximidade, aqueles formados pelos familiares e amigos próximos, os responsáveis, em nada menos que 1/3 dos casos, pelo acesso ao trabalho.

Chama a atenção que menos que 5% dos ocupados relatem haver chegado a suas ocupações atuais através de instituições do mercado laboral, sejam elas públicas ou privadas, de ensino, estágio ou intermediação; todas essas alternativas estavam contempladas no espectro de possibilidades.

Visto de outro ângulo, poder-se-ia afirmar que, no Brasil contemporâneo, o esforço por ter acesso a uma ocupação parece ser uma tarefa isolada do indivíduo que agencia seu próprio trabalho, seja montando o seu próprio empreendimento (24%), seja empreendendo o contato direto com possíveis empregadores (8%), seja atendendo a anúncios classificados (12,7%), seja mobilizando seus circuitos relacionais (47,2%), notadamente os de maior proximidade (33,4%).

Tabela 3
Descrição da variável dependente:
Formas pelas quais os indivíduos chegaram à ocupação atual.
Ocupados. Brasil, 2008.

	N	%	% Acumulada
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	1311	24,5	24,5
II.2 - Relação direta com mercado por meio de prospecção	417	7,8	32,3
II.3 - Relação direta com mercado por meios anônimos	681	12,7	45
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes familiares	591	11,1	56,1
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes de amigos próximos	1194	22,3	78,4
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes de conhecidos	740	13,8	92,2
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	235	4,4	96,6
Outras	182	3,4	100
Total	5351	100,0	

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008.

Nosso intuito, nesta segunda seção, é verificar em que medida variáveis que dizem das condições sócio-econômicas de origem, por um lado, ou que dizem de características socioeconômicas e demográficas do entrevistado no momento em que buscava a sua ocupação atual, por outro, se associam com o tipo de procura que se

⁹ Em outros estudos (como Guimarães, Brito e Silva, 2010 e 2011) esses trabalhadores por conta própria foram retirados da amostra para fins da análise, tendo em vista que o foco estava posto nos mecanismos que viabilizavam o encontro entre compradores e vendedores de trabalho. Optamos por mantê-los posto que, neste estudo, interessa-nos examinar se, e como, as variadas formas de acesso à ocupação (o que não é o mesmo, como visto antes, que o retorno, material e/ou simbólico, pela ocupação desempenhada e, menos ainda, o vínculo assalariado) têm chances variadas de refletir características de origem social do trabalhador e/ou seus atributos pessoais no momento do acesso à sua atividade atual.

mostrou eficaz. Dito de outro modo, os caminhos no mercado de trabalho na busca por ocupação (e reiteramos, não a ocupação que se obtém, ela mesma), seriam segmentados por características socioeconômicas, de origem ou atuais? Se encontrarmos fundamento para a hipótese de que as chances de obter ocupação por um determinado mecanismo variam de acordo com essas variáveis independentes, contribuindo, assim, a aprofundar desigualdades, poderíamos seguir mantendo o argumento, enunciado na primeira seção, de que desigualdades se constroem já desde a ante-sala do mercado de trabalho, isto é, já desde o momento da procura por ocupação.

Os dados da PNSDS permitem a investigação da transmissão intergeracional da desigualdade. Em nossos modelos, fizemos uso de seis variáveis relacionadas a essa dimensão: educação da mãe, auto-percepção das condições socioeconômicas aos quinze anos, situação de moradia (rural, urbana ou ambas) até os 15 anos, propriedade da casa em que morava aos 15 anos, além de duas escalas contínuas criadas a partir de itens do questionário, uma que mede o status socioeconômico da família através dos bens de consumo presentes no domicílio quando o indivíduo tinha 15 anos e outra que pretende captar a riqueza da família de origem (imóveis, ativos financeiros etc.) também aos 15 anos¹⁰. Neste estudo estamos interessados nos “mecanismos” de atuação de cada uma dessas variáveis. Por isso mesmo, buscamos captar possíveis trajetórias e efeitos da transmissão inter-geracional da desigualdade.

Observe-se que algumas das variáveis utilizadas são de uso corrente em estudos desse tipo, como é o caso da educação dos pais e da situação de moradia. Já outras das medidas que utilizaremos não são tão comuns, até mesmo dada a escassez de informações específicas em outras pesquisas. Esse é o caso da autopercepção das condições de origem e das escalas de bens e riqueza. Isso dá ao presente estudo, haja vista as possibilidades abertas pela PNDS, um caráter inovador na forma de operacionalizar variáveis corriqueiramente empregadas nos estudos sobre transmissão de desigualdades.

No que concerne às variáveis socioeconômicas e demográficas que dizem das condições atuais do respondente, inserimos na análise: idade, sexo, região, cor/raça, além da tipologia ocupacional EGP (Ganzeboom e Treiman, 1996; Ganzeboom, De Graff e Treiman, 1992)¹¹, que informa sobre o status socioeconômico do indivíduo. Destacamos, em primeiro lugar a idade por ser um controle especialmente importante num estudo como o nosso, já que nela estão sintetizadas algumas dimensões importantes; como as pessoas chegaram a suas ocupações a mais ou menos tempo, os efeitos dessa variável refletiriam seja um fator associado à experiência no mercado de trabalho, seja um efeito de coorte e das condições de exposição a oportunidades no mercado de trabalho em diferentes épocas.

¹⁰ As duas escalas foram operacionalizadas através da técnica da Teoria da Resposta ao Item (Demars, 2010; Embretson e Reise, 2000).

¹¹ Estamos cientes de que outras possibilidades de tipologias ocupacionais estão disponíveis no debate sobre a estratificação brasileira, como as propostas de Nelson do Valle Silva (Hasenbalg e Silva, 2003), Carlos Antonio Costa Ribeiro (Ribeiro, 2007) ou de José Alcides Figueiredo Santos (Santos, 2002). Todavia, essas classificações demandam amostras significativamente grandes e foram concebidas tendo em vista os dados disponíveis na PNAD. Seguimos a proposta EGP tanto por chance de sua operacionalização através dos dados disponíveis, como pelo fato de ser uma proposta bastante utilizada em estudos internacionais e amplamente reconhecida como indicador válido em análises das desigualdades.

Os outros controles procuram dar conta de conhecidas fontes de desigualdade no mercado de trabalho, como sua estruturação ao redor das diferenças nas relações de gênero e da segmentação por sexo da força de trabalho, a persistente desigualdade racial em resultados socioeconômicos no Brasil, além da concentração espacial da atividade econômica no nosso território.¹²

Tabela 4
Descrição das variáveis independentes

<i>Variáveis de origem</i>	N	%	<i>Variáveis "contemporâneas"</i>	N	%
<u>Educação da mãe</u>			<u>Idade (contínua)</u>		
Zero	2.130	39,8	Média	42,62	
1 a 8 anos	2.666	49,8	Desvio padrão	12,16	
9 a 11 anos	412	7,7			
12+	143	2,7	<u>Sexo</u>		
			Masculino	2.418	45,1
			Feminino	2.933	54,9
<u>Auto-percepção do SES</u>			<u>Região</u>		
Vivíamos com muita folga	187	3,5	Norte	270	5,1
A situação era tranquila	1.369	25,6	Nordeste	1.151	21,5
Dinheiro era justo, uma fonte de preocupação	1.192	22,3	Sudeste	2.577	48,2
A situação era muito difícil	2.584	48,3	Sul	938	17,5
Nenhuma das anteriores	19	0,4	Centro Oeste	415	7,8
<u>Até os 15 anos viveu em situação</u>			<u>Cor/raça</u>		
Urbana	3.515	65,68	Branços	2.515	47
Rural	1.634	30,53	Pretos	607	11,37
Urbana e Rural	203	3,79	Pardos	2.066	38,6
<u>Pais proprietários da casa aos 15 anos?</u>			Indígenas	67	1,26
Sim	3.921	73,27	Amarelos	94	1,77
Não	1.430	26,73			
<u>Escala de bens aos 15 anos (contínua - Variação de 0 a 100)</u>			<u>EGP</u>		
Média	15,1		Não Manuais	2.132	40,21
Desvio padrão	9,9				
<u>Escala de riqueza aos 15 anos (contínua - Variação de 0 a 100)</u>			Manuais	2.268	42,79
Média	18,50		Auto-empregados	439	8,30
Desvio padrão	25,08		Rurais	462	8,71

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008.

¹² A principal ausência em relação a estudos que seguem uma orientação analítica semelhante é o controle por anos de educação. O temor do efeito de multicolinearidade nos fez excluí-la nesse momento da análise. Como há certa interseção entre essa dimensão e a dimensão ocupacional, esperamos que o controle pelas classes EGP possa resolver algum possível problema.

2.2 - Estratégia analítica

Dada a natureza de nossa variável dependente, que é categórica com múltiplas alternativas de resposta, adotamos como estratégia a aplicação de regressões logísticas multinomiais. Esses modelos podem ser vistos como uma estimação simultânea de uma série de *logits* para todas as comparações possíveis entre pares das respostas da variável dependente (Long, 2001: 172). O modelo básico segue a seguinte especificação.

$$\ln \Omega_{m|b}(x) = \ln \left(\frac{\Pr(y=m|x)}{\Pr(y=b|x)} \right) = x\beta_{m|b}; m = 1 \text{ a } J \quad (1)$$

O subscrito *b* se refere à categoria básica, ou grupo de comparação. A variável dependente é sempre computada a partir da comparação entre uma determinada opção e todas as outras possibilidades. Os outros componentes da equação acima, *x* e *B* (*beta*) se referem às covariáveis inseridas em nossa especificação.

Modelos multinomiais requerem um enorme esforço, tanto dos pesquisadores como de seu público leitor, uma vez que as bases de comparação e o número de coeficientes reportados podem se tornar excessivos¹³. Ao especificarmos esse modelo estamos interessados em todos os pares de comparação possíveis das resposta da variável dependente e não somente uma comparação específica.¹⁴

Ao longo da análise faremos extenso uso da seguinte fórmula para computar valores preditos, uma forma mais simples e direta para a interpretação de nossos resultados.

$$\Pr(y = m|x) = \frac{\exp(x\beta_{m|b})}{\sum_{j=1}^J \exp(x\beta_{j|b})} \quad (2)$$

Para o ajuste dos modelos, procedemos em três passos. No primeiro, inserimos em bloco todas as variáveis sobre a origem social. No segundo, todos os controles individuais: idade, cor/raça, sexo, região. No terceiro e último passo inserimos a dimensão ocupacional através das classes EGP.

Assim procedemos de modo a avaliar a persistência dos efeitos da origem social dos indivíduos. Isso porque caso, após a inserção de todos esses controles, as variáveis de origem mantenham sua significância estatística, podemos assumir a existência de “efeitos diretos” da origem social sobre as formas pelas quais as pessoas chegaram às suas ocupações. A cada passo, se o tamanho dos efeitos, ou sua significância estatística, mudar, teremos evidências de que a origem social está sendo mediada pelas variáveis inseridas naquele passo. A estratégia de inserção das variáveis “em bloco” nos permite uma visão panorâmica (ou geral) sobre os processos que se associam às formas de procura. Como esperamos deixar claro a partir da análise de nossos resultados na sub-

¹³ Isso faz com que, para qualquer modelo tenhamos, no mínimo, 56 pares de comparação possíveis, sendo 28 delas não redundantes. Facilmente essa situação pode sair de nosso controle, por exemplo, em casos em que temos variáveis independentes como *dummies*, que multiplicam esses coeficientes por J-1 categorias. No caso de nossas análises, por exemplo, quando analisamos os efeitos de cor/raça, podemos ter (5-1)*56=224 coeficientes ou (5-1)*28=112 coeficientes não redundantes.

¹⁴ Todos os coeficientes estão apresentados no anexo que acompanha este texto.

seção 2.3 a seguir, pensamos que essa é uma forma promissora e interessante para analisar o problema aqui proposto.

2.3 - Resultados

2.3.1 – Os efeitos das variáveis relativas às condições sociais na origem

As variáveis de origem foram as primeiras a serem especificadas. Aquelas que foram estatisticamente significantes foram separadas nas tabelas apresentadas adiante. Os possíveis problemas de colinearidade¹⁵ serão aqui desprezados visto que não estamos interessados em saber *quais* “mecanismos” específicos operam por via de cada uma das variáveis de origem, mas sim qual o efeito global desse grupo de variáveis. Ou seja, uma aceção geral sobre a influência da origem sobre os destinos. A adição dos controles, no segundo passo das análises de regressão, e da variável ocupacional (EGP), no terceiro passo, não alterou de modo substantivo o efeito e a significância estatística das variáveis de origem. Isso sugere que, para algumas comparações que iremos ressaltar abaixo, parecem haver efeitos “diretos” da origem que não são mediados pelo *status socioeconômico* alcançado pelos indivíduos.¹⁶

Como dissemos acima, para tornar mais simples e direta a leitura dos resultados das regressões multinomiais, faremos a interpretação apenas do modelo final, com todos os controles incluídos e também com a variável ocupacional. A apresentação será feita através de valores de probabilidade predita: ou seja, desejamos saber quais seriam as frequências das categorias da variável dependente, caso todos os controles tivessem sido mantidos constantes e alterássemos apenas os valores de uma variável de interesse. A diferença em pontos percentuais na distribuição da variável dependente indica exatamente o efeito que desejamos identificar – e, deste modo, não será necessário percorrer toda a miríade de coeficientes e comparações que geralmente essa técnica estatística envolve.

Antes de apresentar os efeitos de cada fator explicativo, é importante pontuar, como vimos pela Tabela 3, que – apesar de todo o recente movimento de expansão do assalariamento - o modo predominante de acesso aos postos de trabalho no Brasil consiste no auto-emprego, modalidade ocupacional que se faz, obviamente, sem a venda de mão de obra. A primeira vista, para um analista apressado, esse quadro poderia sugerir um grande volume de empregos informais, indicativos de fragilidade nos vínculos e – por conseguinte – de métodos não ótimos de circulação de informação e obtenção de trabalho. Contudo, como veremos, o significado dessa modalidade pode variar conforme as características do indivíduo e de sua origem socioeconômica.

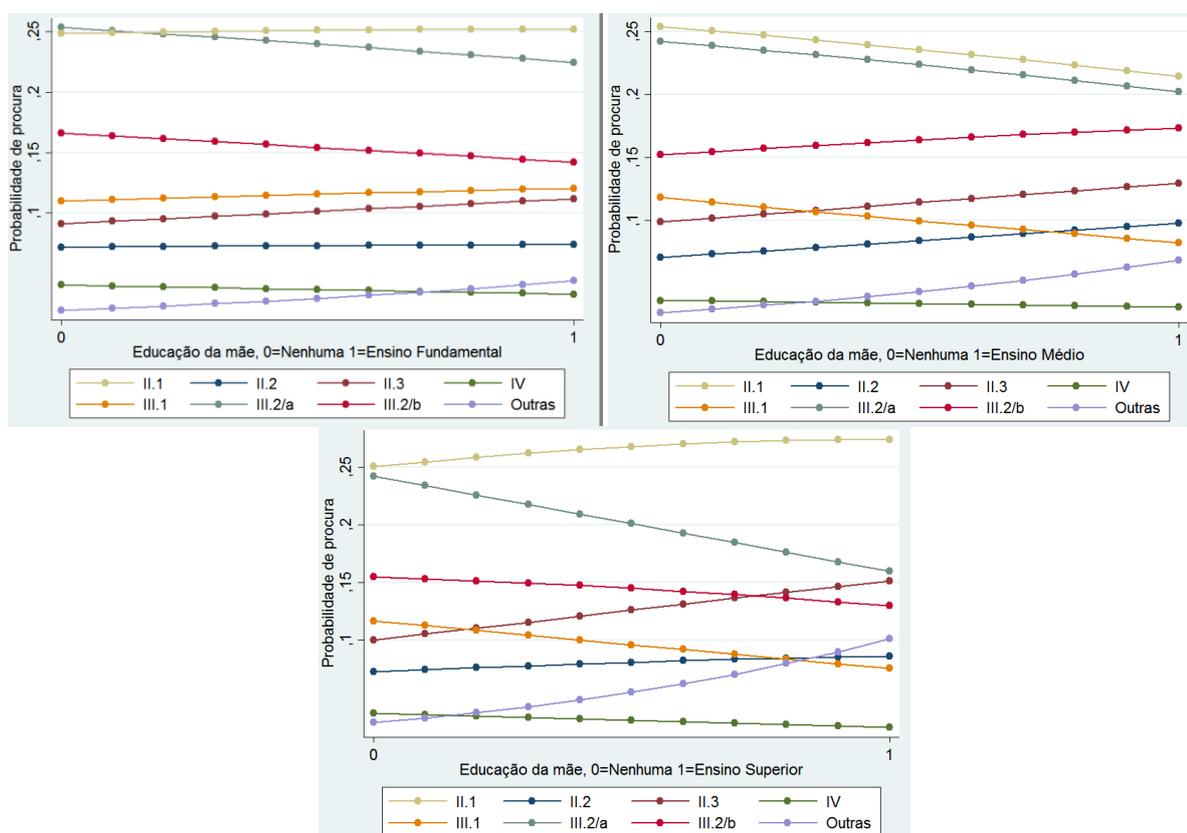
¹⁵ Alta correlação entre as variáveis independentes.

¹⁶ Em análises de regressão, quando duas variáveis independentes estão correlacionadas, a introdução de uma altera a dimensão e a significância estatística dos efeitos da outra. Isto significa que parte da influência daquela que estava primeiramente incluída no modelo está também contemplada pela nova variável. Esse procedimento permite distinguir entre “efeito mediado” e “efeito direto”. A parcela reduzida do coeficiente da primeira variável indica exatamente quando desse efeito era mediado pela segunda variável adicionada. Os coeficientes no modelo no segundo estágio indicam apenas os efeitos diretos (cf. Long e Freese, 2001).

Educação da mãe

Procuramos resumir os achados sobre o efeito da educação materna por meio da série de gráficos abaixo. Eles contêm as probabilidades preditas para a frequência das categorias de procura de emprego. Procedemos a comparação sempre em pares de alternativas da educação da mãe, tomando o grupo das mães sem nenhuma educação como categoria de referência.

Figura 1
Probabilidades preditas para cada modo de procura segundo níveis de educação materna
Ocupados. Brasil, 2008.



Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008.

Uma constante se ressalta entre todos os tipos de escolaridade materna (e tal como observado antes para o conjunto da amostra): também aqui as formas predominantes de acesso ao trabalho são o auto-emprego (categoria II.1) e as redes de amigos próximos (categoria III.2/a), um circuito relacional que sugere a existência de laços de uma intensidade intermediária, entre os familiares e os conhecidos.

Entretanto, o comportamento dos efeitos se diferencia significativamente quando passamos de um grupo social a outro. No caso dos indivíduos com mães não educadas, reitera-se a grande preponderância daqueles dois modos de acesso. Já entre aqueles que possuem mães com ensino fundamental e, mais claramente ainda, entre os que possuem mães com ensino médio, é crescente a diferenciação dos métodos empregados; ou seja, há um aumento generalizado das probabilidades das demais categorias. Isso indica que

indivíduos que provêm de meios sociais mais distantes da base da hierarquia de estratificação acionaram um leque mais amplo de alternativas (as quais se mostraram eficazes) em sua procura de emprego.

Mas, e curiosamente, o quadro muda entre aqueles cujas mães cursaram o ensino superior. Esses, que vêm de meios sociais mais abastados, disseram ter chegado a suas ocupações sem precisar acionar os mecanismos de procura habituais; eles montaram o seu próprio negócio. E assim sendo, nos extremos da hierarquia social – entre os filhos de mães analfabetas ou com pequena realização educacional, por um lado, e os filhos de mães que galgaram o topo da hierarquia educacional, por outro, observa-se o paradoxo de que uns e outros teriam chegado a suas ocupações atuais pelos mesmos caminhos.

Esse resultado confirma o que fora antes destacado: o auto-emprego, o estabelecimento de negócio próprio (nos gráficos acima classificados como mecanismo II.1) se constitui numa categoria fortemente heterogênea (e arriscaríamos dizer, polarizada), haja visto que o seu significado não pode ser o mesmo entre os filhos de mães com educação superior, por um lado, e entre os filhos de mães analfabetas ou com pequena realização educacional, por outro. É notável ainda como os que provêm de meios sociais privilegiados, sendo filhos de mães mais educadas, mobilizam mais freqüentemente os meios anônimos e as “outras” formas de procura.

Essa primeira análise de resultados valoriza a importância de nos colocarmos na zona de interseção temática que procuramos explorar neste texto, a saber, o cruzamento entre reflexões sobre mercado de trabalho e as desigualdades sociais. Com efeito, eles reiteram a complexidade da estruturação do mercado de trabalho brasileiro (compartilhada também por nossos vizinhos latinos), que tem no trabalho por conta própria uma de suas principais dimensões, mas com significados e conseqüências diferentes para os vários grupos sociais. A heterogeneidade do auto-emprego e sua ativação para grupos de origens socioeconômicas muito diferentes é um resultado previsível, mas de forma alguma trivial, se tomamos como referência os achados sociológicos recentes (Klein e Tokman, 2000; Portes e Hoffman, 2003; Portes e Haller, 2005; Torche, 2006; Portes, 2010).

Auto percepção da origem: as condições socioeconômicas da família na adolescência

Ao lado do indicador de “escolarização materna”, tradicionalmente usado na literatura no campo, o *survey* disponibilizava, igualmente, uma questão voltada para captar a auto-percepção do respondente acerca das condições socioeconômicas da sua família na adolescência. Os entrevistados respondiam se a consideravam “folgada”, “tranquila”, “justa” ou “difícil” (cf. alternativas de resposta antes apresentadas na Tabela 4). Trata-se, assim, de uma medida subjetiva do status socioeconômico de origem, que utilizamos em conjunto com as demais variáveis referentes a essa dimensão.

Observamos uma queda sistemática das probabilidades de acesso ao trabalho via auto-emprego, na medida em que caminhamos das situações auto-percebidas como mais privilegiadas para as menos privilegiadas em termos das condições familiares de origem. A diferença, entre as duas categorias extremas dessa variável independente chega a ser de quase 10 pontos percentuais. Simultaneamente, há, entre aqueles que se percebiam como de origem menos privilegiada, um crescimento das formas de acesso ao mercado. Esses achados corroboram parte do que discutimos no item anterior: a

associação entre melhores origens e certo tipo de autoemprego. Ao que nos indica a Tabela 5, aqueles com menores recursos acabam recorrendo mais que os outros ao mercado, seja pela via direta da prospecção junto a empregadores ou dos meios anônimos, seja pela via mediada por instituições mercantis.

Entretanto, isso não nos deve fazer perder de vista que as redes importam para todos, como de resto o vimos destacando desde o início. Entretanto, elas se afiguram especialmente importantes entre os dois grupos que se percebem como oriundos dos extremos da hierarquia social: entre os que se acreditam como vindo de meios muito pobres, e entre os que se crêem oriundos de meios muito afluentes; uns e outros recorrem ainda mais às redes, notadamente de amigos, sendo especialmente elevado o percentual predito dos que acessaram os amigos para obter o trabalho atual. Certamente, esse resultado levanta pistas sobre os diferentes sentidos que esse quesito pode assumir para os distintos grupos.

Tabela 5
Probabilidades preditas para cada modo de procura segundo a auto percepção da situação socioeconômica de origem
Ocupados. Brasil, 2008

	Frase que melhor descreve as condições da família aos 15 anos			
	Vivíamos com muita folga	Tínhamos uma situação econômica tranquila	Dinheiro era justo, uma fonte de preocupações	A situação era muito difícil
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	35,9%	29,5%	26,1%	26,8%
II.2 - Relação direta com o mercado por meio de prospecção	3,2%	6,4%	7,4%	6,7%
II.3 - Relação direta com o mercado por meios anônimos	8,8%	11,3%	10,9%	11,6%
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	0,9%	2,6%	4,2%	3,0%
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes familiares	11,1%	11,0%	11,2%	10,7%
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes de amigos	24,4%	21,1%	23,1%	23,8%
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes de conhecidos	14,5%	14,4%	13,7%	14,4%
Outras	1,2%	3,6%	3,5%	3,0%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008.

Contexto de moradia na adolescência: Rural, urbano ou rural e urbano

Os entrevistados responderam se, até os 15 anos, haviam vivido apenas em áreas urbanas, apenas em áreas rurais ou em ambas. Partimos do princípio de que os modos de organização das redes e as instituições sociais variariam conforme as características dos contextos sociais de moradia. Entretanto, não observamos diferenças substantivas no modo de acesso ao trabalho entre indivíduos de origem rural e urbana. Mais ainda, os efeitos dessa variável foram substancialmente reduzidos após o terceiro passo das análises de regressão, quando incluímos as classes EGP. Isso evidencia que os efeitos da origem rural são quase totalmente mediados pela ocupação; vale dizer, o mais

importante é saber se a natureza do trabalho atual é rural ou urbana – e aí, sim, teremos diferenças sistemáticas entre os dois âmbitos.

O comportamento diferencial ocorre apenas entre aqueles indivíduos que habitaram em ambos os espaços. São essas as pessoas que acessam mais o mercado por prospecção direta ou por meio de instituições – ao passo que a utilização das redes pessoais, de todos os tipos, é, entre eles, mais reduzida. A natureza e o detalhamento dos dados que temos em mãos infelizmente não permitem ir a fundo nesse ponto, de maneira a investigar as razões desses resultados e seus mecanismos geradores. Podemos, no entanto, supor que a mudança de locais de moradia pode ter de algum modo alterado a estrutura das redes pessoais e as possibilidades de sua mobilização como recurso no mercado de trabalho. Esse ponto, certamente, deve ainda receber mais atenção.

Tabela 6
Probabilidades previstas para cada modo de procura segundo o local de residência na adolescência
Ocupados. Brasil, 2008.

	Situação de moradia		
	Urbano	Rural	Ambos
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	27,7%	28,0%	27,4%
II.2 - Relação direta com o mercado por meio de prospecção	6,3%	6,9%	11,4%
II.3 - Relação direta com o mercado por meios anônimos	11,2%	11,3%	11,9%
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	3,3%	2,4%	4,9%
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes	10,9%	9,9%	8,5%
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes	23,5%	22,9%	19,3%
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes	14,1%	15,0%	14,1%
Outras	3,1%	3,5%	2,4%
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008.

Acesso a bens e a recursos durante a adolescência: posse de casa, escala de bens e escala de riqueza

Para refinar as medidas de diferenças de origem socioeconômica, incluímos em nossa análise, igualmente, três outras variáveis que representam graus de conforto e de acesso a recursos materiais experimentados pelos indivíduos na adolescência (tomando a idade de 15 anos como referência). Eles foram indagados se as suas famílias tinham a posse da casa em que viviam e também responderam a questões relativas à riqueza (posse de ativos financeiros, contas bancárias, propriedades etc.) e posse de bens de consumo duráveis (carros, eletrodomésticos, etc.) A partir desses dois últimos grupos de questões, construímos escalas sintéticas, que visavam captar as diferenças e desigualdades internas aos grupos mais privilegiados, do ponto de vista da estratificação social. As duas escalas e o indicador da propriedade do domicílio são ativos socioeconômicos que transcendem dimensões como as de educação, e ocupação;

noutras palavras, são adicionais de recursos à disposição dos indivíduos, que os diferenciam socialmente e que podem estabelecer desigualdades de oportunidades e de consequências.

As análises de regressão, porém, evidenciam que, diferentemente das duas outras medidas sobre as condições sociais na origem, essas três variáveis pouco efeito tiveram sobre a variação nos modos de acesso ao trabalho utilizados pelos indivíduos. Talvez isso resulte, ao menos em parte, do fato de estarmos controlando por muitas variáveis de origem, cujos efeitos podem ser concomitantes, redundantes ou mediados pelas demais. Não deixa de ser um achado relevante, entretanto, que as características de riqueza e posse de bens materiais na origem não exerçam efeitos diretos sobre os modos de procura e acesso à ocupação.

2.3.2 – Os efeitos das variáveis relativas a atributos e características socioeconômicas atuais

Idade

A idade exerce um efeito forte e estatisticamente significativo sobre todos os métodos de acesso ao emprego e, em especial, sobre a via das redes pessoais e do autoemprego.

Contudo, há que se ter em mente que essa é uma variável complexa, que condensa efeitos de, pelo menos, três espécies distintas.¹⁷ Em primeiro lugar, ela pode ser compreendida como uma medida do curso de vida, isto é, das regularidades sociais associadas às idades. Em segundo lugar, é uma medida da própria experiência (senioridade) no mercado de trabalho. E, por último, traz também efeitos de coorte, ou seja, indica como indivíduos com idades diferentes (i.e., em diferentes pontos do curso de vida), experimentaram sua entrada no mercado de trabalho em períodos também distintos – o que pode ter moldado ou condicionado suas oportunidades futuras e, deste modo, a qualidade de toda a trajetória. Por hora, não iremos diferenciar essas dimensões implícitas; cabe apenas ressaltar que a interpretação dos efeitos não será unívoca. Em oportunidades futuras, pretendemos adicionar controles referentes ao tempo no emprego atual e a experiências de trabalho pregressas.¹⁸

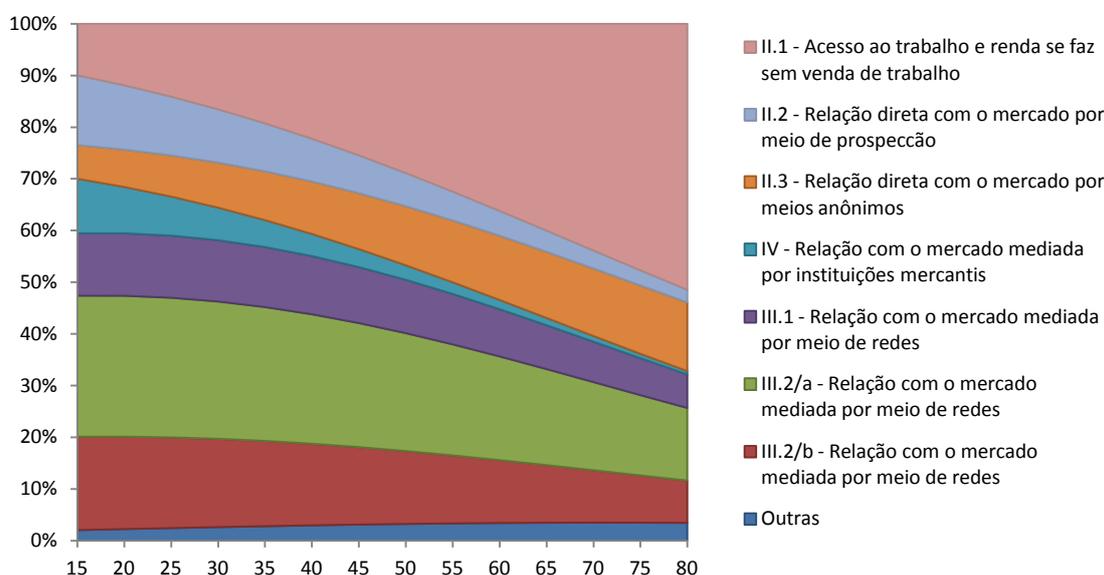
O que chama a atenção, logo de início, é que as probabilidades de acesso à ocupação por via do auto-emprego se ampliam com o avançar da idade de modo sistemático, até que, aos 45 anos, esse se torna efetivamente o meio mais freqüente, sobrepujando inclusive as redes de amigos, e tendendo sempre a se tornar majoritário. Talvez a sugerir que o estabelecer-se por meio de um negócio próprio requer um domínio do funcionamento do mercado que a senioridade certamente provê; não sem razão as probabilidades preditas quadruplicam entre os limites inferior e superior de idade. Sem contar também que o passar dos anos certamente aumenta a chance de reunir os meios financeiros para estabelecer-se por própria conta. Também crescem as

¹⁷ Extensa literatura se dedicou a analisar ciclo de vida, idade e coorte, e o problema de especificação intrínseco a essa abordagem. Boas discussões podem ser encontradas em O'Rand e Henretta, 1999; Glenn, 2005; Alwin e McCammon, 2006; Yang, Fu, Schulhofer-Wohl et al., 2008

¹⁸ Um controle estrito desses diferentes efeitos requeria um outro desenho metodológico, seja na forma de um estudo longitudinal, seja, ao menos, através de uma análise de tipo *repeated cross-section*, o que obviamente não é o caso da PNDS, que possui apenas uma edição.

probabilidades de acesso direto por via de anúncios e meios anônimos similares. Crescimento sistemático e significativo que as faz dobrar entre os limites inferior e superior de idade. Observando o auto-emprego e a procura por meios anônimos, em sua variação ao longo das idades, estamos capturando a dinâmica de mecanismos de procura que afetam os ocupados com intensidade variável, ao longo do tempo, mas que – e sobretudo – se referem a processos relativos a grupos sociais distintos. Uma perspectiva centrada em coortes sugeriria que há também uma probabilidade desse ser um efeito de exposição a choques do mercado de trabalho no passado, o que seria coerente com uma maior exposição desse grupo de idade ao forte ajuste estrutural vivenciado no Brasil na década de 1990.

Figura 2
Probabilidades previstas para cada modo de procura segundo a idade
Ocupados. Brasil, 2008.



Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008

Mas é elucidativo observar os dois achados anteriores à luz de uma terceira perspectiva: a da sistemática e igualmente significativa redução da probabilidade de obter emprego por meio da prospecção direta junto às firmas. Esse achado converge para dois tipos de considerações já avançadas pela literatura no campo dos estudos do trabalho. Por um lado, a prospecção direta envolve o contato pessoal, face à face, entre trabalhador e empregador; nesse sentido, é crucial a sua capacidade de administrar a apresentação de si na situação de recrutamento, notadamente em contextos ou situações em que características estigmatizantes possam estar em jogo (Moss e Tilly, 1999 e 2001); e a idade é certamente uma delas. Por outro lado, a prospecção direta requer o conhecimento das oportunidades e a capacidade de alcançá-las ali onde elas se localizam; estudos qualitativos realizados no Brasil (é certo que apenas em metrópoles, mas nem por isso deixam de ser menos inspiradores) têm chamado a atenção para a recorrência do discurso dos trabalhadores mais idosos (ou, quando menos, tidos como “velhos” pelo mercado de trabalho), que aludem à dificuldade da procura direta, sendo recorrente a expressão “já não sei mais procurar trabalho” (Guimarães, 2009-a).

Mas, as tendências por idade são igualmente eloqüentes quando fixamos a observação nos grupos mais jovens. São diversas, e específicas, as suas formas de ter

acesso ao trabalho. Nas idades mais baixas, a probabilidade de alcançar uma ocupação pelo suporte de redes é significativa, se comparada às médias gerais para o conjunto dos ocupados, apresentadas na Tabela 3 no início deste texto. Do mesmo modo, são jovens os que circulam no mundo das instituições de intermediação no mercado de trabalho; é notável que entre os idosos a probabilidade de alcançar uma ocupação pela via dos complexos mecanismos das entrevistas e dinâmicas de grupo, nas agências de emprego, chega quase a zero; e já era irrisório até mesmo entre trabalhadores maduros, com mais que 45 anos; aos 15 anos, ao contrário, tal probabilidade corresponde a quase o triplo da proporção dos que acessavam intermediadores, conforme a nossa Tabela 3 inicial. Esses achados são inteiramente convergentes com os obtidos em *surveys* e estudos etnográficos, que já haviam documentado, para ambientes urbano-metropolitanos (onde tais intermediários se localizam preferencialmente), o notável viés de idade que esse mecanismo apresenta (Guimarães, 2009 e Vieira, 2012).

Em suma, a idade parece ser um atributo que, indubitavelmente, tem uma significativa relevância para discriminar entre chances de obter trabalho segundo os diferentes mecanismos de procura.

Sexo

Contrariamente ao alto poder explicativo da condição de idade, o mesmo não se verifica, em igual medida, com respeito à condição de sexo dos ocupados entrevistados. Apesar disso, interessantes diferenças revelam-se quando observamos as probabilidades preditas para cada modo de procura e expressas na Tabela 8.

Tabela 7
Probabilidades preditas para cada modo de procura segundo o sexo
Ocupados. Brasil, 2008.

	Sexo	
	Mulheres	Homens
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	25,0%	30,0%
II.2 - Relação direta com o mercado por meio de prospecção	5,3%	8,0%
II.3 - Relação direta com o mercado por meios anônimos	13,4%	9,7%
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	2,8%	3,1%
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes familiares	11,5%	9,6%
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes de amigos	22,6%	23,4%
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes de conhecidos	16,3%	12,8%
Outras	3,0%	3,3%
	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008

Assim, vemos que o mundo do auto-emprego é um domínio masculino. Destacável, igualmente, a maior probabilidade que os homens têm de encontrar ocupação prospectando diretamente o mercado. Esse viés de gênero é consistente com o que assinalamos acima com respeito às faixas etárias: os grupos mais sujeitos à discriminação - as mulheres e aqueles considerados “velhos” para o trabalho - encontram mais barreiras no contato direto, em que a apresentação de si, numa situação de interação face à face, joga de maneira mais decisiva. Ademais, não sendo

“trabalhadores preferenciais” podem ter maiores dificuldades para mapear autonomamente o mercado, localizando precisamente onde estão as oportunidades mais adequadas a seu perfil. Consistentes com esse achado são as maiores probabilidades que encontramos, entre as mulheres, também no que concerne a obter ocupação por meios anônimos.

E se as redes pessoais importam sempre, e para todos, como vimos vendo desde o início, elas formam um arco de proteção especial para as mulheres, notadamente aquelas que mobilizam contatos dos que lhes são apenas “conhecidos”, e que provavelmente provêm de circuitos de menor intimidade.

Raça

As diferenças raciais com respeito aos modos de acesso à ocupação também ilustram muito bem aquilo que foi dito com respeito a uma heterogeneidade intrínseca às categorias da própria variável dependente. Brancos, pardos e indígenas têm como método preponderante o auto-emprego. Isso nos leva a suspeitar que sejam intensas as diferenças de significado dessa alternativa quando tratamos um ou outro grupo. De fato, é pouco plausível que o auto-emprego assuma o mesmo formato e produza as mesmas conseqüências entre brancos, pardos e indígenas. Seria necessário investigar melhor a natureza das atividades desenvolvidas no trabalho, seus retornos e seu prestígio.

Outro achado instigante nos revela que pretos e amarelos acessaram predominantemente redes de amigos próximos para aceder à ocupação atual. Conhecendo as significativas diferenças socioeconômicas entre esses dois grupos raciais, é possível supor que, por detrás do recurso a métodos semelhantes, estejam em operação circuitos e formas de sociabilidade distintos, marcados por formatos diferentes das estruturas de relação mobilizadas, tanto no que concerne aos atributos e recursos dos indivíduos membros das redes, quanto no que respeita à natureza daquilo que circula (informação, freqüência dos contatos etc.) e a própria extensão dos vínculos.

Tabela 8
Probabilidades preditas para cada modo de procura segundo condição racial
Ocupados. Brasil, 2008.

	Cor/Raça				
	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos	Indígenas
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	30,1%	22,2%	26,3%	18,3%	43,1%
II.2 - Relação direta com o mercado por meio de prospecção	7,0%	7,0%	6,1%	11,0%	5,1%
II.3 - Relação direta com o mercado por meios anônimos	12,2%	12,4%	10,6%	5,0%	3,3%
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	2,9%	2,9%	3,3%	1,5%	1,5%
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes familiares	10,8%	12,2%	9,5%	15,6%	7,7%
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes de amigos	20,2%	26,1%	26,1%	24,2%	18,6%
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes de conhecidos	13,6%	14,4%	15,0%	19,0%	14,1%
Outras	3,1%	2,9%	3,2%	5,4%	6,6%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008

Região

A base de dados da Pesquisa Nacional sobre as Dimensões Sociais das Desigualdades abre, e por primeira vez, uma janela para podermos contemplar a heterogeneidade da estruturação do mercado de trabalho nas distintas regiões brasileiras sob o prisma dos modos pelos quais se alcança uma ocupação; com efeito, apenas a área rural da região Norte (como dito antes) não está representada na amostra realizada¹⁹. Com isso, já não estamos limitados a retratar tal diversidade circunscrivendo-a às diferenças entre mercados metropolitanos, como foi até aqui o caso, premidos que estávamos pelo perfil dos outros inquéritos nacionais que investigam o tema, a PME e a PED. Assim sendo, este nosso estudo inova, e avança, face a trabalhos anteriores (Guimarães, Brito e Silva, 2010 e 2011).

Os dados da PNDSO apontam, como veremos a seguir, para uma expressiva variação entre as regiões no que concerne aos modos usados pelos indivíduos no seu acesso ao trabalho.

Tabela 9
Probabilidades previstas para cada modo de procura segundo a região
Ocupados. Brasil, 2008.

	Regiões				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	27,4%	31,1%	24,3%	32,5%	28,9%
II.2 - Relação direta com mercado por meio de prospecção	5,1%	3,4%	8,6%	8,0%	6,1%
II.3 - Relação direta com mercado por meios anônimos	9,8%	12,9%	11,9%	8,2%	10,3%
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	3,0%	2,3%	3,5%	4,0%	1,1%
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes familiares	10,8%	9,6%	9,2%	13,7%	13,1%
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes de amigos	26,2%	22,9%	24,8%	17,8%	22,5%
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes de conhecidos	16,1%	13,7%	14,5%	13,2%	14,9%
Outras	1,4%	4,1%	3,2%	2,7%	3,1%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008

Assim, se, como vimos vendo, o auto-emprego se destaca no país como um conjunto, ele é significativamente mais elevado nas regiões Nordeste e Sul, muito provavelmente (e de novo) assumindo formas bastante distintas dada a diversidade desses dois mercados regionais, polares no que diz respeito ao grau de estruturação das relações de trabalho. Com efeito, a natureza do trabalho por conta própria em mercados onde é elevada a presença do assalariamento (como no Sul) é certamente distinta do que se presume seja (e até aqui não podemos mais que presumir) o caso em mercados escassamente estruturados, onde a informalidade é (de há muito) notavelmente expressiva (caso do Nordeste).

¹⁹ Por isso mesmo, devemos tratar os achados para a região Norte com alguma precaução. Mesmo sabendo que excluímos da amostra uma parcela quantitativamente inexpressiva da população brasileira, e que, por isso mesmo, pouco impacto isso pode deixar nas análises que tomam o país como um conjunto, é indiscutível que a sua ausência, envia o retrato que se trace das características da região Norte, quando a tomemos como foco de interesse, como é o caso neste sub-item.

Por outro lado, se o acesso mediado por redes (em especial redes de amigos) é o segundo mecanismo proeminente no Brasil, o seu relevo é muito reduzido na região Sul. Nesta, um padrão parece se delinear: mecanismos mercantis (como prospecção direta e acesso intermediado por agências de emprego) combinam-se com a importância das redes familiares no provimento de ocupação. Novamente, podemos arriscar que esses diferentes mecanismos operam preferencialmente para grupos distintos; os primeiros para os trabalhadores de mais idade e/ou maior experiência no mercado de trabalho; o segundo para os muito jovens, em busca da sua primeira inserção no mercado de trabalho.

Não deixa de ser inusitado o peso, no Nordeste, dos anúncios classificados e formas similares de acesso por meios habitualmente denominados anônimos, da ordem de quase 13%, o mais significativo dentre as regiões do país. Inusitado porque, do que nos sugerem estudos anteriores (como os achados em Kase e Sugita, 2006, comparando metrópoles no Brasil, na França e no Japão), esse mecanismo teria mais chance de predominar ali onde os padrões de escolaridade e formalização da força de trabalho tendessem a ser mais elevados. Nesse sentido, seria um resultado a esperar-se antes no Sul que no Nordeste.

Sudeste e Centro-Oeste convergem no destaque que ali adquirem os circuitos de menor proximidade (os “conhecidos”) para prover acesso à ocupação, tanto quanto na importância da prospecção direta do trabalhador, junto a possíveis empregadores.

Mas é no Norte onde os contatos e informações que circulam nos espaços de sociabilidade privada se revelaram especialmente eficazes. É ali que os circuitos de menor proximidade (o dos “conhecidos”) adquirem a mais destacável importância no provimento do trabalho. Mais ainda: se redes de amigos são mecanismos destacados no país como um conjunto, é ali que a sua proeminência é notável; e até mesmo o peso dos contatos familiares não deixa de ser relevante.

Em resumo, se a PNDS aponta para importantes diferenças regionais no modo de acesso à ocupação, tal variação, entretanto, tem uma configuração razoavelmente complexa e nem de longe assume a forma de meras anteposições entre pares de espaços regionais. Longe disso, e como vimos, cada um deles constitui, por assim dizer, um arranjo específico.

Ocupação

A natureza da ocupação mostrou-se a principal definidora dos modos de procura de emprego. Atividades e trabalhos específicos envolvem modos também específicos de organização da atividade econômica e de gestão dos recursos humanos conduzindo, por conseguinte, a mecanismos particulares de recrutamento, o que induz a modos próprios de circulação da mão de obra. Numa análise como esta, que visa averiguar a persistência dos efeitos de origem sobre os modos de inserção no mercado de trabalho, é imprescindível incluir indicadores ocupacionais como controle.

Como esperado, encontramos intensa variabilidade entre os perfis definidos pelas classes EGP. A Tabela 10 e a Figura 3 deixam entrever, com clareza, tal variabilidade. Senão, vejamos.

Para os trabalhadores rurais, o auto-emprego e as redes familiares apresentaram importância ímpar. Poucos dentre esses indivíduos obtiveram seu emprego através da prospecção direta, ou por meio de anônimos ou mesmo através da mediação de

instituições mercantis. Os modos propriamente mercantis de procura e acesso ao trabalho possuem peso muito reduzido no âmbito rural. Demonstrá-lo de maneira estatisticamente robusta só foi possível graças à existência dos dados propiciados pelo *survey* nacional sobre “Dimensões Sociais das Desigualdades”, aqui utilizado.

Mas, há que atentar para uma preliminar: os trabalhadores denominados "conta-própria" (*self employed*) pelo critério EGP não correspondem aos trabalhadores informais não assalariados, que costumamos denominar como “conta-própria” nas análises do mercado de trabalho brasileiro. Trata-se de uma categoria que agrega autônomos prestadores de serviços à empresas, pequenos e médios empregadores de diversos setores entre outros. Por tal razão, é justamente nessa categoria ocupacional que se torna minoritário o número daqueles que acessam ocupação e renda sem a venda de trabalho. Entre os membros desse grupo, são principalmente as redes de amigos e conhecidos os modos mais eficazes de procura; sua importância é quase o dobro da que se manifesta em média no mercado de trabalho (e que registramos na Tabela 3). Esse resultado expressa a dependência que a iniciativa econômica individual mantém com respeito às redes sociais.

A categoria dos trabalhadores manuais concentra um grupo amplo e bastante diverso de ocupações que, em grande parte, se caracterizam por baixos requisitos de qualificação (conquanto exista também um subgrupo de trabalhadores manuais qualificados). Em boa medida são postos de baixa remuneração, marcados muitas vezes por relações regulares porém informais de trabalho. Nesse sentido, poderiam ser considerados, juntamente com a grande maioria dos trabalhadores rurais, como as posições mais baixas no sistema de estratificação ocupacional. A distribuição de suas probabilidades preditas se assemelha à própria distribuição geral da variável dependente (cf. Tabela 3). De certo modo, ela expressa o perfil médio da população quando se trata dos modos de acesso aos empregos.

Tabela 10
Probabilidades preditas para cada modo de procura segundo a ocupação
Ocupados. Brasil, 2008.

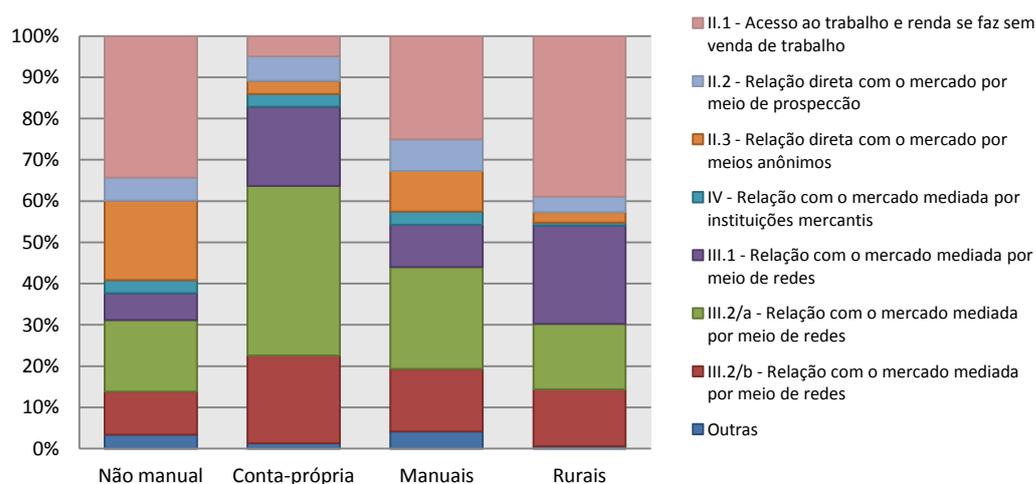
	EGP			
	Não manual	Conta-própria	Manuais	Rurais
II.1 - Acesso ao trabalho e renda se faz sem venda de trabalho	34,3%	4,9%	25,0%	39,0%
II.2 - Relação direta com mercado por meio de prospecção	5,6%	6,0%	7,6%	3,7%
II.3 - Relação direta com mercado por meios anônimos	19,2%	3,2%	9,8%	2,6%
IV - Relação com o mercado mediada por instituições mercantis	3,2%	3,1%	3,2%	0,7%
III.1 - Relação com o mercado mediada por redes familiares	6,5%	19,2%	10,3%	23,9%
III.2/a - Relação com o mercado mediada por redes de amigos	17,3%	41,0%	24,7%	15,9%
III.2/b - Relação com o mercado mediada por redes de conhecidos	10,4%	21,3%	15,2%	13,8%
Outras	3,4%	1,3%	4,2%	0,6%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008

O grupo dos trabalhadores não manuais abarca ocupações também bastante heterogêneas, congregando desde os funcionários de escritório (aos quais se

convencionou chamar “não manuais de rotina”) até os profissionais, gerentes e dirigentes. Apesar dessa amplitude, ainda assim estão classificados no topo da hierarquia ocupacional. Os resultados encontrados a seu respeito apontam para três diferentes tendências. Em primeiro lugar, há uma frequência bastante elevada do acesso direto aos postos, utilizando-se de anúncios e meios anônimos similares, o que confirma a expectativa de que as relações mercantis e os mecanismos e instituições convencionais do mercado operam com intensidade. Em segundo lugar, há uma grande parcela de acesso ao trabalho sem venda de mão de obra, confirmando nossas interpretações anteriores sobre a heterogeneidade que marca a categoria dos auto-empregados, a qual contemplaria situações polares como a do trabalho autônomo de profissionais ou empregadores (localizada nesse grupo ocupacional) e aquela que compreende os indivíduos sujeitos a relações informais e precárias (como entre os trabalhadores rurais, outro grupo ocupacional em que o acesso a renda sem venda de trabalho se mostra igualmente relevante). Em terceiro lugar, mostra-se pequena a relevância das redes familiares e de amigos próximos, o que vai de encontro à constatação clássica de que os melhores empregos são obtidos através de informações que não circulam nas redes de laços fortes.

Figura 3
Probabilidades previstas para cada modo de procura segundo a ocupação



Fonte: Pesquisa Nacional Dimensões Sociais das Desigualdades, 2008

3. Consolidando uma nova agenda

Ao longo deste texto procuramos explorar uma área de fronteira entre os domínios das sociologias do trabalho e da estratificação social. Para delimitar provocativamente esse território assumimos que as desigualdades sociais, tão caras a ambos os domínios, e tão bem documentadas pela sociologia – seja ela voltada aos ambientes de trabalho, seja aos padrões de realização ocupacional no mercado -, poderiam ser visualizadas, e com achados relevantes, naquela que denominamos “a ante-sala” do mercado de trabalho. Para tal elegemos como o nosso foco de interesse não simplesmente a ocupação, mas o modo como a ela se acede.

Avançamos a hipótese de que os modos de procura que se mostraram eficazes para prover ocupação e renda não se distribuíam de maneira aleatória entre os indivíduos. Ao contrário, eles próprios se constituíam em indicadores importantes de desigualdades, de origem ou atuais, que impactavam sobre as chances de realização socioeconômica no mercado.

Com base no rico banco de dados da Pesquisa Nacional sobre Dimensões Sociais das Desigualdades (PNDS) mobilizamos um amplo leque de variáveis para análise de uma amostra representativa da população brasileira. Variáveis, algumas delas, que descreviam as características do grupo social de origem no momento em que o indivíduo tinha idade para ingresso na população ativa, tanto em termos de indicadores correntemente utilizados (como escolaridade da mãe ou posse de ativos) como por meio de um novo indicador que mensura a auto-percepção das condições de vida em seu grupo familiar naquele momento. Mas também lançamos mão de variáveis que diziam das características do respondente no momento atual, significativamente acercadas do contexto temporal em que o mesmo obteve o seu trabalho atual; incorporamos tanto atributos que desiguam as chances dos indivíduos no mercado de trabalho (como condição de sexo, de idade, ou racial), como características que dizem do contexto do mercado onde se compete (como região onde se trabalha) ou da experiência trazida de mercados estruturalmente distintos (urbanos, regionais). Finalmente, exploramos o peso da natureza da ocupação alcançada, conforme a sua classificação numa hierarquia de status (EGP) e, nesse sentido, buscando tomar em conta as desiguais posições na estrutura ocupacional.

Procedemos a uma análise que tomou como ponto de partida as frequências das categorias da nossa variável dependente – o modo de obtenção da ocupação – e verificamos quais seriam as frequências preditas para a mesma se mantivéssemos todos os controles constantes e apenas alterássemos os valores, uma a uma, das variáveis independentes. Foi-nos possível evidenciar que o modo de acesso ao trabalho e ao rendimento é não apenas diverso, mas que é produto de condições desiguais que se expressam nos três blocos de características analisadas. As probabilidades dos diversos meios de obtenção de trabalho variam e, nessa sua variação, refletem algumas vezes desigualdades de origem, outras vezes desigualdades nas características atuais daquele que procura trabalho, mas também desigualdades na natureza da ocupação que se chegou a alcançar. Especialmente relevantes mostraram-se variáveis como a escolaridade da mãe, a idade, o status da ocupação, muito embora variações analiticamente importantes também tivessem sido assinaladas entre grupos de sexo, raça e região onde se exerce a ocupação.

Esses achados nos animam a seguir com a agenda de indagações que cremos se abre para interessados no tema. Por um lado, explorando como o mecanismo de procura, e, no caso, o mecanismo de procura efetiva, condiciona a natureza da ocupação alcançada; vale dizer, verificando se há caminhos específicos, segregados, no mercado de trabalho, seguidos por aqueles indivíduos (socialmente diversos), em sua busca por emprego; ou, como características do indivíduo, por um lado, e do contexto em que se compete, por outro, podem mediar esta relação. Por outro lado, desafia-nos verificar, para o caso brasileiro, se a posição social dos contatos acionados pelos indivíduos na busca de empregos, e não apenas seus atributos pessoais, estruturaria as desigualdades sociais e suas relações com o mercado de trabalho.

Essas serão, certamente, questões a desbravar em outros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALWIN, D. F.; MCCAMMON, R. (2006) Generations, Cohorts, and Social Change. In: J. T. Mortimer e M. J. Shanahan (Ed.). *The Handbook of Life Course*. Nova Iorque: Springer,
- AUTOR, David H. (2008) “Studies of Labor Market Intermediation”. Paper preparado para a NBER Conference on Labor Market Intermediation, 17-18 de Maio.
- BARON, James N.; BIELBY, William T. (1980) “Bringing the firms back in: stratification, segmentation, and the organization of work”. *American Sociological Review*, vol. 45, pp. 737–65
- BENNER, Chris; LEETE, Laura; PASTOR, Manuel (2007) *Staircases or treadmills? Labor market intermediaries and economic opportunity in a changing economy*. New York: Russell Sage Foundation.
- BLAU, Peter; DUNCAN, Otis Dudley (1967) *The American Occupational Structure*. New York: Wiley.
- DEGENNE, Alain; FOURNIER, I.; MARRY, Cathérine; MOUNIER, Lise (1991) “Les relations sociales au coeur du marché du travail”. *Sociétés Contemporaines*, n. 5, pp. 75-97.
- DEMARS, Christine. (2010) *Item response theory*. Oxford ; New York: Oxford University Press
- EMBRETSON, Susan E. e REISE, Steven Paul (2000). *Item response theory for psychologists*. Mahwah, N.J.: L. Erlbaum Associates.
- GANZEBOOM, H. B. G.; TREIMAN, D. J. (1996) Internationally Comparable Measures of Occupational Status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. *Social Science Research*, v.25, p.201-239.
- GANZEBOOM, Harry B.G.; DE GRAAF, Paul M.; TREIMAN, Donald J. (1992) “A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status”. *Social Science Research* 21, 1-56.
- GLENN, N. D. (2005) *Cohort analysis*. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. vii, 61 p. p.
- GOLDTHORPE, J. H. (2007) *On sociology - Illustration and Retrospect*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, v.2.
- GOLDTHORPE, J. H. (2000) *On sociology : numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford [UK] ; New York: Oxford University Press. 2000. vi, 337 p. p.
- GRANOVETTER, Mark (1974) *Getting a Job. A Study of Contacts and Careers*. Cambridge, Mass. : Harvard University Press.
- GRANOVETTER, Mark (1985) “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. *American Journal of Sociology*, vol. 91, pp.481- 510.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo (2009). *À Procura de Trabalho: Instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvn /CERES/CEM.
- GUIMARÃES, Nadya A (2009-a) *Desemprego: uma construção social*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm/CEM.

GUIMARÃES, Nadya Araujo (2011). “Desigualdades e hierarquias: Um olhar sobre as oportunidades ocupacionais a partir da ante-sala do mercado de trabalho à Mesa Redonda “Desigualdade e Estratificação”, Comunicação ao XV Congresso Brasileiro de Sociologia, promoção da Sociedade Brasileira de Sociologia, Curitiba, 26-29 de julho de 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araujo (2012) “A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?” *Novos Estudos CEBRAP*, n. 93, junho.

GUIMARÃES, Nadya Araujo, ANDRADA, Ana Carolina; PICANÇO, Monise Fernandes; VIEIRA, Priscila (2012). Redes sociais e obtenção de trabalho: trajetórias, atributos e relações. In: MARQUES, Eduardo (orgs.) *Redes Sociais no Brasil: Sociabilidade, Organizações Cívicas e Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço/CEM, cap. 5, pp. 111-142.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; SILVA, Paulo Henrique da (2010). Como se chega às oportunidades de trabalho? Os caminhos em Salvador, São Paulo e Porto Alegre. In: BRAGA, Thais; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (orgs.) *Trabalho em Questão*, Salvador: SEI, pp. 89-99.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; SILVA, Paulo Henrique da (2011). Os mecanismos de acesso (desigual) ao trabalho. São Paulo numa perspectiva comparada. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política*. São Paulo: Editora 34/CEM, p. 179-204.

HASENBALG, Carlos e VALLE SILVA, Nelson do (orgs.) (2003) . *Origens e Destinos- Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro: TopBooks.

HAUSER, Robert Mason; FEATHERMAN, David L. (1977) *The Process of Stratification: Trends and Analysis*. New York: Academic Press.

KLEIN, E.; TOKMAN, V. (2000) La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización. *Revista de la CEPAL*, v.72,(Diciembre), p.7-30.

KOENE, Bas e PURCELL, Kate (2004) “The value of relationships in a transactional labour market: constructing a market for temporary employment”, manuscrito não-publicado.

LONG, J. Scott; FREESE, Jeremy. (2001) *Regression models for categorical dependent variables using Stata*. College Station, Texas: Stata Press.

LOPES, Juarez Brandão (1964). *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. MOSS, Philip e TILLY, Chris. (1999) “Contratando em mercados urbanos de trabalho: novas demandas, velhas desigualdades”. *Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo*, ano 5, n. 10, pp. 13-42

MOSS, Philip e TILLY, Chris. (2001) *Stories employers tell: race, skill and hiring in America*. New York: The Russell Sage Foundation.

O'RAND, A. M.; HENRETTA, J. C. (1999) *Age and inequality : diverse pathways through later life*. Boulder, Colorado: Westview Press. viii, 252 p. p.

PORTES, A. *Economic Sociology, A Systematic Inquiry*. (2010) Princeton, NJ: Princeton University Press.

PORTES, A.; HALLER, W. (2005) The Informal Economy. In: SMELSER, N. J. e Swedberg, R. (Ed.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, N.J.; New York: Princeton University Press, Russell Sage Foundation, p.ix, 736 p.

PORTES, A.; HOFFMAN, K. (2003) "Latin American Class Structures: Their Composition and Change during the Neoliberal Era". *Latin American Research Review*, v.38, n.1, p.41-82.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa Ribeiro (2007). *Estrutura de Classe e Mobilidade no Brasil*. São Paulo: EDUSC.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa (2011). Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: raça, classe e gênero. *Educação On-Line (PUC-RJ)*, v.11, p.1-42.

SANTOS, José Alcides F. (2002) *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/Iuperj.

TORCHE, F. (2006) Una clasificación de clases para la sociedad chilena. *Revista de Sociología*, v.20, p.15-44.

VIEIRA, Priscila Pereira Faria (2012). *À Procura de Trabalho. Um estudo de caso*. São Paulo: Editora Annablume/CEM.

YANG, Y.; FU, W. J.; SCHULHOFER-WOHL, S., *et al.* (2008) "The Intrinsic Estimator for Age-Period-Cohort Analysis: What It Is and How to Use It." *American Journal of Sociology*, v.113, May, p.1697-1736.

Anexo - Coeficientes da Regressão Multinomial - Terceiro Passo (com EGP)

Variáveis independentes	Grupo de comparação da variável dependente (Ref.: II.1)						
	II.2	II.3	IV	III.1	III.2/a	III.2/b	Outras
[Educação da mãe - ref. = Sem estudo/analfabeta]							
De 1 a 8 anos de estudo	0,014	0,191	-0,225	0,077	-0,136	-0,173	0,803***
De 9 a 11 anos de estudo	0,493	0,44**	0,007	-0,189	-0,011	0,300	1,1***
12 anos de estudo ou mais	0,081	0,325	-0,502	-0,526	-0,505	-0,266	1,188**
[Auto-percepção - ref. = "Vivíamos com muita folga"]							
Tínhamos uma situação econômica tranqüila	0,898**	0,447	1,242**	0,191	0,048	0,190	1,272**
Dinheiro era justo, uma fonte de preocupações	1,166**	0,532	1,835***	0,324	0,261	0,263	1,343**
A situação era muito difícil	1,038**	0,574**	1,466**	0,254	0,266	0,282	1,179**
Nenhuma das anteriores	2,731***	-1,396	2,87**	-13,34***	0,694	0,686	2,58**
[Moradia até os 15 anos - ref.: Apenas Urbano]							
Morou apenas no rural	0,080	0,000	-0,323	-0,100	-0,036	0,056	0,092
Morou tanto no urbano como no Rural	0,596**	0,072	0,428	-0,237	-0,185	0,011	-0,252
Indicadora de posse de casa (Possui casa=0)	-0,059	-0,124	0,224	-0,027	0,020	0,172	0,107
Escala de bens	-0,003	0,014	-0,003	0,011	0,007	-0,002	0,003
Escala de riqueza	-0,002	0,006**	0,003	0,002	0,002	0,002	0,006
Idade	-0,052***	-0,014**	-0,068***	-0,035***	-0,035***	-0,037***	-0,017
Sexo (homem=1)	0,235	-0,506***	-0,077	-0,36***	-0,150	-0,427***	-0,069
[Região de moradia atual - ref.: Região Norte]							
Região - Nordeste	-0,554**	0,147	-0,388	-0,243	-0,263	-0,287	0,932**
Região - Sudeste	0,636**	0,315	0,265	-0,036	0,065	0,015	0,931**
Região - Sul	0,274	-0,350	0,100	0,064	-0,56**	-0,369	0,452
Região - Centro-oeste	0,116	-0,006	-1,111**	0,135	-0,208	-0,131	0,704
[Cor/Raça - ref.: Brancos]							
Pretos	0,307	0,326	0,297	0,433**	0,56***	0,362**	0,244
Pardos	-0,002	-0,002	0,246	0,006	0,39***	0,229**	0,147
Amarelos	0,956	-0,381	-0,187	0,873**	0,679	0,835	1,053
Indígenas	-0,678	-1,649***	-1,000	-0,694	-0,442	-0,325	0,392
[EGP - ref.: Não manuais]							
Conta Própria	2,028***	0,158	1,928***	3,028***	2,817***	2,671***	0,98**
Manuais	0,626***	-0,356**	0,337	0,764***	0,669***	0,694***	0,507**
Rurais	-0,546**	-2,14***	-1,675**	1,166***	-0,215	0,152	-1,806***
Constante	-0,718	-0,676	-0,446	-0,138	0,786**	0,616	-4,248***

* : Significativo a 90% de confiança / ** : Significativo a 95% de confiança / *** : Significativo a 99% de confiança